

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) ALEXANDER DE OLIVEIRA PEREIRA

PROJEÇÃO ANFÍBIA:

Operações de Evacuação de Não Combatentes no século XXI.

Rio de Janeiro

2018

CC (FN) ALEXANDER DE OLIVEIRA PEREIRA

PROJEÇÃO ANFÍBIA:

Operações de Evacuação de Não Combatentes no século XXI.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Turkiello

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me conceder saúde e inspiração para concluir este trabalho.

À minha esposa, Monica, e minhas filhas, Luana e Olivia, pela compreensão durante todos os momentos de ausência e pelo amor incondicional que sempre me deram.

Aos meus pais, Luiz e Maria Lindinalva, pelos ensinamentos no decorrer da minha vida e pelos esforços despendidos em prol de minha educação.

Ao meu orientador, CF (FN) Turkiello, pelo espírito de camaradagem e pela orientação precisa e oportuna, principalmente durante nossos contatos.

Aos autores que serviram como referência para esta dissertação, agradeço a oportunidade de desfrutar de sua sabedoria e esforço.

Aos Fuzileiros Navais de hoje e sempre: ADSUMUS!

RESUMO

O fim da Guerra Fria, em 1991, ensejou em mudanças no cenário mundial que repercutiram no século XXI. Do vácuo ideológico surgiram novas ameaças, modificando a dinâmica dos conflitos. Grupos extremistas, organizações criminosas e outros atores não-estatais, potencializados pela globalização e o avanço nos meios de comunicação, passaram a ganhar uma importância maior no contexto dessa nova ordem. Para o Brasil, a repercussão desse fenômeno tem reflexos estratégicos, principalmente devido à influência deste na instabilidade dos Estados da costa atlântica da África. Dessa forma, como uma forma de ampliar sua capacidade de operar nesta gama variada de ambientes, diversas Marinhas, entre elas a brasileira, adotaram o conceito de Projeção Anfíbia para fazer valer seus interesses. Adicionalmente, considerando as características intrínsecas do Poder Naval, observa-se sua vocação para a realização de operações que envolvam a necessidade de flexibilidade e prontidão. Exemplificando a dificuldade na condução deste tipo de operação nos cenários incertos dos conflitos atuais, procedeu-se a análise da Evacuação de Não Combatentes realizada pelos EUA durante a Segunda Guerra do Líbano em 2006. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é observar os aspectos mais importantes da operação estadunidense em 2006 no Líbano para retirar seus cidadãos, em contraste com a doutrina brasileira para operações similares, relacionando-os com o emprego dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Sendo assim, valendo-se da análise desta Evacuação de Não Combatentes e de alguns conceitos doutrinários, foram selecionados aspectos relativos aos níveis estratégico, operacional e tático, principalmente aqueles atinentes ao relacionamento entre órgãos estratégicos, o emprego de meios pertencentes ou não ao Conjugado Anfíbio, a transmissão de informações aos evacuados e às ações realizadas pelas pequenas frações. Como conclusão, o trabalho apresenta sugestões relativas ao emprego da Projeção Anfíbia no Entorno Estratégico Brasileiro, a quebra de paradigmas causadas pelas diferenças institucionais no nível estratégico nacional e o aperfeiçoamento técnico-profissional das Praças para se adequarem às operações militares deste século.

Palavras-chave: Projeção Anfíbia. Novas ameaças. Operação de Evacuação de Não Combatentes. Líbano. Corpo de Fuzileiros Navais. Marinha do Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Espectro das Operações Militares.....	59
Figura 2 – Organograma dos componentes do GptOpFuzNav.....	60
Figura 3 – Expansibilidade dos GptOpFuzNav.....	60
Figura 4 – Esboço do Entorno Estratégico Brasileiro (EEB).....	61
Figura 5 – Exemplos de adversários e suas capacidades militares.....	62
Figura 6 – Gráfico quantitativo de chegadas e partidas do Chipre em 2006.....	63
Figura 7 – Sistema de Defesa da Amazônia Azul.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ApAe –	Apoio Aéreo
ApSvCmb –	Apoio de Serviços ao Combate
ARE –	Área de Reunião de Evacuados
AEI –	Artefatos Explosivos Improvisados
BI Ap –	Base Intermediária de Apoio
BAnf –	Brigada Anfíbia
CCE –	Centro de Controle de Evacuados
CIASC –	Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo
CENTCOM –	Comando Combinado do Oriente Médio
TRANSCOM –	Comando de Transporte do Departamento de Defesa
COp –	Comando Operacional
CASC –	Componente de Apoio de Serviços ao Combate
CCmdo –	Componente de Comando
CCA –	Componente de Combate Aéreo
CCT –	Componente de Combate Terrestre
CSNU –	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CF –	Constituição Federal
DefAAe –	Controle Aerotático e a Defesa Antiaérea
CFN –	Corpo de Fuzileiros Navais
DOD –	Departamento de Defesa

<i>State</i> –	Departamento de Estado
DMN –	Doutrina Militar Naval
ElmAnf –	Elemento Anfíbio
EDCG –	Embarcações de Desembarque de Classe Geral
EEB –	Entorno Estratégico Brasileiro
EM –	Estado-Maior
EUA –	Estados Unidos da América
ESL –	Exército do Sul do Líbano
FAB –	Força Aérea Brasileira
IDF –	Forças de Defesa Israelenses
ForDbq –	Força de Desembarque
IMCS –	Força de Segurança Interina do Corpo de Fuzileiros Navais
ForTarAnf –	Força Tarefa Anfíbia
FS –	Forças Singulares
FT –	Forças Transnacionais
GSI/PR –	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GAO –	<i>Government Accountability Office</i>
GptOpFuzNav –	Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
GpOpCCE –	Grupo de Operação do Centro de Controle de Evacuados
GAT –	Grupos de Apoio Técnico
LDS –	Local de Destino Seguro Intermediário
MB –	Marinha do Brasil
MEU –	Unidade Expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais
MOA –	Memorando de Entendimento

MD –	Ministério da Defesa
MRE –	Ministério das Relações Exteriores
NPM –	Navio de Propósitos Múltiplos
NDM –	Navio Doca Multipropósito
OND –	Objetivos Nacionais de Defesa
OpAnf –	Operação Anfíbia
OpENC –	Operações de Evacuação de Não Combatentes
ONU –	Organização das Nações Unidas
OLP –	Organização para a Libertação da Palestina
OIG –	Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais
ONG –	Organizações Não Governamentais
PEE –	Plano de Emergência de Embaixada
PEM –	Plano Estratégico da Marinha
PND –	Política Nacional de Defesa
PHM –	Porta-Helicópteros Multipropósito
PrjçAnf –	Projeção Anfíbia
RE –	Regras de Engajamento
2ªGM –	Segunda Guerra Mundial
SI –	Sistema Internacional
URSS –	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UAnf –	Unidade Anfíbia
UNIFIL –	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>
USMC –	<i>United States Marine Corps</i>
USN –	<i>United States Navy</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OS CONFLITOS NO SÉCULO XXI	12
2.1	O PÓS-GUERRA FRIA	12
2.2	AS NOVAS AMEAÇAS	14
2.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	17
3	PROJEÇÃO ANFÍBIA	19
3.1	ADAPTANDO-SE AOS NOVOS CONFLITOS	20
3.2	AS OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES	23
3.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	27
4	A EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NO LÍBANO EM 2006	29
4.1	PRELÚDIO DE UM CONFLITO	29
4.2	A SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO	32
4.3	A OPERAÇÃO ESTADUNIDENSE	35
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	37
5	APRENDENDO COM OS ERROS E APERFEIÇOANDO OS ACERTOS	39
5.1	NÍVEL ESTRATÉGICO	39
5.2	NÍVEL OPERACIONAL	44
5.3	NÍVEL TÁTICO	46
5.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	48
6	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS	56
	ANEXO A – ESPECTRO DAS OPERAÇÕES MILITARES	59
	ANEXO B – COMPOSIÇÃO DOS GptOpFuzNav	60
	ANEXO C – ESBOÇO DO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO	61

ANEXO D – TIPOS E EXEMPLOS DE ADVERSÁRIOS E SUAS CAPACIDADES MILITARES	62
ANEXO E – NÚMERO DE CHEGADAS E PARTIDAS DE EVACUADOS A PARTIR DO CHIPRE EM 2006	63
ANEXO F – SISTEMA DE DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL	64

1 INTRODUÇÃO

O término da Guerra Fria (1947-1991) marcou profundas mudanças no Sistema Internacional (SI), em particular na dinâmica entre os Estados. O sentimento de paz e prosperidade entre as nações foi substituído pelo recrudescimento de diversos conflitos sociais, étnicos, políticos, estratégicos e religiosos que encontravam-se latentes. Novas ameaças, caracterizadas principalmente pelo seu caráter não estatal, surgiram como um desafio a ser superado pelas Forças Armadas dos Estados. Em especial para o Brasil, estes fatos afetam diretamente sua projeção no cenário internacional, principalmente no denominado Entorno Estratégico Brasileiro (EEB).

Nesse contexto, face à importância do mar para a prosperidade dos Estados, surge o conceito de Projeção Anfíbia (PrjçAnf), como uma maneira de proporcionar a efetividade do Poder Naval¹ necessária a garantia dos interesses estatais neste século.

Ainda que o emprego desse conceito pela Marinha do Brasil (MB) seja recente, a expansão na gama de atividades por meio de sua adoção, permite uma maior participação da força no desenvolvimento nacional. O Poder Naval passa a atuar mais efetivamente não só na prevenção de conflitos e na distensão de crises, mas também em Atividades de Emprego Limitado da Força e Benignas, incluindo as Operações de Evacuação de Não Combatentes (OpENC).

Sendo assim, esta dissertação se propõe a identificar quais os principais aspectos da atual doutrina de OpENC, no âmbito da modalidade de PrjçAnf, pela MB, apresentam-se mais importantes em face de uma análise da operação realizada pelos Estados Unidos da América (EUA) no Líbano em 2006. Para tanto, este trabalho constituir-se-á de quatro

1 O Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa. As forças e os meios de apoio não orgânicos da MB, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval, serão considerados integrantes do Poder Naval (BRASIL, 2017).

capítulos, além da conclusão.

Primeiramente, será procedida uma breve contextualização dos conflitos no século XXI, incluindo sua origem no pós-Guerra Fria e a dinâmica atual, influenciada pelo fenômeno da globalização e a revolução nos meios de comunicação.

Posteriormente, será apresentado um histórico sucinto das Operações Anfíbias (OpAnf), incluindo fundamentos doutrinários adotados pela MB, em particular o conceito de PrjçAnf. Além disso, será ressaltado o emprego do Conjugado Anfíbio, abordando a definição de Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) e sua importância para a consecução de alguns Objetivos Nacionais de Defesa (OND), em especial a salvaguarda dos cidadãos brasileiros situados no exterior. Esse capítulo será finalizado com uma apresentação dos antecedentes e principais características das OpENC, de acordo com a doutrina da MB.

No capítulo seguinte, iniciando por uma breve explanação sobre os conflitos árabe-israelenses no Oriente Médio, incluindo a origem da organização terrorista Hezbollah, será procedida uma síntese da Segunda Guerra do Líbano. Adicionalmente, também será abordada a OpENC realizada pelos EUA no Líbano em 2006 para a retirada de seus cidadãos, apresentando um rápido resumo cronológico da operação e algumas dificuldades observadas.

O penúltimo capítulo, tendo como base o relatório do *Government Accountability Office* (GAO), além de algumas publicações adotadas pela MB atinentes a OpENC, terá como objetivo principal o estabelecimento da correlação entre o estudo do caso norte-americano no Líbano e a atual doutrina brasileira, separando os principais aspectos nos níveis estratégico, operacional e tático.

Finalizando, no último capítulo serão apresentadas as conclusões da pesquisa englobando algumas sugestões e aspectos a serem ressaltados na doutrina atual de OpENC.

2 OS CONFLITOS NO SÉCULO XXI

De uma maneira geral, o século XX foi o mais mortífero de toda a história. Segundo Hobsbawm (2007), tendo como base a população mundial em 1913, cerca de 10% (187 milhões de pessoas) teriam perecido nas guerras do século ou em eventos associados a elas. Considerando ainda o período da Guerra Fria (1947-1991), observa-se que o século passado foi marcado por guerras praticamente ininterruptas.

Contudo, a década de 1990, caracterizada pelo início do período pós-Guerra Fria, mostrou-se a mais abundante em conflitos militares formais e informais na Europa, na África e na Ásia ocidental e central. Mesmo a ascensão dos EUA como única potência hegemônica, aliada a adesão da ex-URSS a um modelo capitalista (que resultou na disseminação e a universalização dos princípios liberais na economia e na política), não permitiu a substituição do conflito pela cooperação nas relações internacionais e, por conseguinte, em uma esperada era de paz mundial (PECEQUILO, 2012).

Adicionalmente, motivados pelos fenômenos da globalização e regionalização pós-Guerra Fria, os conflitos do século XXI passaram a adotar novas dimensões, configurando-se em uma nova forma de violência, correspondendo a um misto de guerra praticada pelos Estados ou por grupos políticos, de crime organizado e de violações aos direitos humanos, conforme explicitado a seguir.

2.1 O PÓS-GUERRA FRIA

Durante o período da Guerra Fria, o antagonismo estratégico entre os EUA e a então URSS, apoiado na dissuasão nuclear, foi determinante para a manutenção de uma certa estabilidade política mundial. Porém, com o esfacelamento da URSS em 1991, grandes mudanças ocorreram no Sistema Internacional. O término da bipolaridade ideológica ensejou em uma reconfiguração territorial do mundo e, conseqüentemente, abriu o caminho para uma

nova ordem mundial baseada na interdependência e transnacionalização. O predomínio do modelo estadunidense em detrimento do soviético resultou em um domínio do liberalismo nas agendas políticas e econômicas, pregando sociedades mais livres e democráticas. Por outro lado, caracterizava-se também um Estado mínimo, de baixa intervenção, com a presença em temas sociais, de defesa da abertura econômica e do comércio sem barreiras. Essas medidas baseavam-se em dois principais argumentos: os déficits orçamentários gerados pelos programas sociais e a afirmação de que as políticas assistencialistas coíbiam o desenvolvimento humano. Não obstante, diante de tantas mudanças, predominava o sentimento de cooperação e otimismo com relação a solução dos conflitos, dando a crer que a era dos conflitos chegara ao fim. Porém, segundo Pecequilo (2012), estas medidas neoliberais, disseminadas pelo chamado Consenso de Washington², geraram diversas crises sociais, econômicas e políticas de diversos graus e intensidades.

Os processos de globalização e regionalização são anteriores ao fim da Guerra Fria e, apesar de até hoje não terem se realizado em sua plenitude, continuam a afetar profundamente a ordem mundial. Ademais, face a revolução tecnológica, o liberalismo e a globalização, os Estados deixaram de exercer uma influência direta no mercado. Houve a erosão da autonomia de alguns Estados e, em alguns casos extremos, a desintegração completa destes. As Forças Transnacionais (FT), uma categoria de atores não-estatais de origem privada, passaram a exercer mais influência. Com essa mudança, ocorreu a separação das disputas econômicas das questões nacionais ou ideológicas, que passaram a almejar a produção de bens de serviço mais aprimorados, de maneira a ampliar a produtividade e o nível de consumo (VESENTINI, 2008).

Sendo assim, conforme ressalta Pecequilo (2012), diversos conflitos sociais,

2 Conjunto de dez prescrições elaboradas a partir de discussões das principais instituições econômicas internacionais sediadas em Washington (Fundo Mundial Internacional e Banco Mundial) para direcionar as reformas dos países em desenvolvimento, em particular os da América Latina, à luz de suas reformas estruturais internas e da transição do pós-Guerra Fria (PECEQUILO, 2012).

étnicos, políticos, estratégicos e religiosos que encontravam-se adormecidos durante a Guerra Fria, passaram a recuperar sua lógica. Surgem as “novas guerras” conforme definição de Kaldor (2012), que seriam uma consequência normal do vácuo de poder decorrente do período de transição pós-Guerra Fria, sendo permeadas pelo fenômeno da globalização, principalmente em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

2.2 AS NOVAS AMEAÇAS

Analisando estes novos conflitos no contexto do século XXI, verifica-se que uma de suas características seria a dificuldade na distinção entre guerra³, crime organizado⁴ e violações de direitos humanos em larga escala⁵. Por conseguinte, seus propósitos deixaram de ser geopolíticos ou ideológicos e passaram a ter caráter universalista e multicultural, em consequência de uma onda de exclusão, em geral por motivos étnicos e culturais, que refletiam divergentes políticas de identidades, em âmbitos local e global, nacional e transnacional (KALDOR, 2012).

Além disso, observa-se que a globalização também se manifestou nesses conflitos pela participação de atores globais, tais como Organizações Não Governamentais (ONG) e outras Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIG), como a Organização das Nações Unidas (ONU). Por conseguinte, ocorreu o enfraquecimento dos Estados e sua diminuição na capacidade do uso da força para a resolução de conflitos, devido principalmente a transnacionalização das forças militares, o poder destrutivo dos armamentos modernos, as conexões entre os Estados no pós-Guerra Fria e a evolução nas normas internacionais.

3 Usualmente definida como violência entre Estados ou grupos políticos organizados, por motivos políticos (KALDOR, 2012).

4 Violência empreendida por grupos organizados de forma privada por propósitos privados, geralmente ganho financeiro (KALDOR, 2012).

5 Violência empreendida por Estados ou grupos politicamente organizados contra indivíduos (KALDOR, 2012).

Surge o fenômeno da “privatização” dos conflitos, face o aumento da criminalidade e o aparecimento de grupos paramilitares, eliminando a legitimidade política. Como resultante, observa-se ainda uma dificuldade em distinguir a barbárie externa da civilidade doméstica, o combatente do não combatente, o soldado ou policial do criminoso. Essa privatização da violência levou a um dramático aumento de vítimas civis, bem como do número de refugiados ou deslocados (KALDOR, 2012).

Outro aspecto importante a ser considerado é o terrorismo. Para Hobsbawm (2007), a partir da década de 90, as guerras religiosas que eram alimentadas por ideologias seculares expandiram-se com o retorno a várias formas de fundamentalismo religioso. Anteriormente, grupos ativistas como Al Fatah, Hamas, Jihad Islâmica da Palestina, Hezbollah, entre outros, não realizavam atos de terror individuais, exceto quando essa era a única resposta possível ao poder militar esmagador do Estado ocupante.

Porém, o alcance universal da televisão e das redes sociais fez com que as ações mais efetivas não fossem as que visavam diretamente os dirigentes políticos, e sim as que buscavam o máximo impacto na divulgação. Os atos terroristas passaram a visar o assassinato de pessoas em lugares públicos, gerando manchetes mais impactantes do que outros alvos, com exceção dos mais célebres e simbólicos. As redes sociais também contribuíram para potencializar a capacidade de recrutamento por parte desses grupos, particularmente entre jovens muçulmanos.

Além disso, a revolução nos meios de comunicação proporcionada pela internet, facilita a expansão de movimentos antes restritos ao âmbito interno de determinados países, como observado durante a chamada Primavera Árabe (2010-2012). Iniciada na Tunísia, esta revolta popular se expandiu rapidamente para outros Estados, tendo como base a facilidade de acesso aos conteúdos que incitavam à revolução, os quais eram assiduamente acessados e comentados nos dias que antecederiam cada acontecimento nos países árabes onde este

movimento aconteceu. Essa interconectividade proporciona, portanto, um aumento na velocidade de ocorrência dos eventos em escala mundial, o que dificulta a elaboração de respostas políticas a estas crises, aumentando a importância do poder brando⁶ baseado em relações exteriores legítimas, como forma de economizar recursos militares (NYE JR.,2002).

As organizações terroristas passaram a operar por meio de um movimento descentralizado, valendo-se de células pequenas e isoladas para atuar sem nenhum apoio e sem necessitar de base territorial. Com a globalização, ocorreu uma vasta ampliação da mobilidade das pessoas, devido a eliminação em grande escala dos controles fronteiriços na Europa e em outras partes do mundo. Tal fato tornou cada vez mais difícil para os governos o controle de seus territórios, o que facilitou as ações dos grupos terroristas (HOBSBAWM, 2007).

Os ataques da organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda, em 11 de setembro de 2001, de acordo com Hoffman (2007), exemplificaram as complexidades e perigos do ambiente de segurança imprevisível no século XXI, despertando o mundo para o amanhecer de uma nova era de guerras, em que a força militar por si só é insuficiente para alcançar os interesses de um Estado.

A globalização da "guerra contra o terror", após estes ataques, e a retomada das intervenções armadas estrangeiras, pioraram a situação. Em diversos países do continente asiático e africano, como Quênia, Nigéria, Filipinas e Indonésia, observa-se o perigo real das novas redes terroristas internacionais. No Oriente Médio, grupos como a Al Qaeda e o Hezbollah ganharam apoio de populações oprimidas em alguns Estados, onde a situação interna instável, aliada a difícil situação econômica e social de seus habitantes, propiciaram o crescimento do terrorismo. Um Estado desagregado, onde elementos de forças irregulares tenham se infiltrado no exército regular enfraquecido, pode vir a ser o local ideal para o

6 Refere-se a capacidade de um Estado combinar o Poder Duro com o Brando em uma estratégia vencedora (NYE JR., 2006).

desenvolvimento do embrião de uma organização híbrida, que poderá se valer da experiência desses combatentes e até mesmo fazer uso de seu inventário de equipamentos convencionais para futuras ações.

Segundo Leite (2014), em especial no caso da África, por conter recursos em grande quantidade e Estados menos desenvolvidos ou falidos, observa-se a presença de atores estatais e não estatais de todo o globo. Dentre esses destacam-se a China e a Índia, que objetivam uma aproximação com alguns Estados daquele continente visando seus interesses nos recursos estratégicos africanos.

Particularmente para o Brasil, os fatos acima expostos sobre o continente africano influenciam na capacidade de projeção do país no cenário internacional, uma vez que o Atlântico Sul, incluindo os países limítrofes da África, encontram-se inseridos no contexto do Entorno Estratégico Brasileiro (EEB), conforme constante na Política Nacional de Defesa (PND) e ilustrado na FIG. 4 do ANEXO B (BRASIL, 2012).

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O término da Guerra Fria e, conseqüentemente, do período de bipolaridade ideológica que o marcou, disseminou a ilusão de que o mundo experimentaria um período de paz. Para muitos, as bases para esta conclusão estavam disponíveis: o estabelecimento dos EUA como única potência hegemônica e a expansão do fenômeno da globalização e do liberalismo. Contudo, observou-se o surgimento de “novas guerras”, pautadas pela influência da globalização e com origem em conflitos étnicos, econômicos, sociais, políticos e religiosos que encontravam-se dormentes durante o período da Guerra Fria.

Sendo assim, em virtude dos aspectos acima mencionados, os conflitos do século XXI adotam um grau de “informalidade”, deixando de ser basicamente entre Estados e passando a contar com uma forte presença de atores não estatais, como ONG e outras OIG,

além de grupos extremistas e organizações criminosas. Aliado a esse fato, observa-se ainda que a interconectividade proporcionada pela Internet aumenta a rapidez com que tais conflitos podem surgir, ensejando em uma modificação no preparo dos Estados para lidar com eles.

Dessa maneira, serão analisados no próximo capítulo os aspectos doutrinários por meio dos quais o Estado brasileiro poderá, face a configuração das novas ameaças descritas neste capítulo, fazer valer seus interesses, em especial com relação a proteção de cidadãos brasileiros em outros países.

3. CONCEPÇÕES DOCTRINÁRIAS

A conexão entre a guerra no mar e na terra, materializada pelas Operações de Desembarque, pode melhor ser explicitada por Corbett:

Uma vez que os homens vivem na terra e não no mar, grandes questões entre nações em guerra sempre foram decididas – exceto nos casos mais raros – pelo que seu exército pode fazer contra o território e a vida nacional do seu inimigo ou então pelo medo do que sua frota possibilita que o seu exército faça (CORBETT, 2004, p. 16, tradução nossa).⁷

Dessa maneira, devido a uma demanda estratégica visualizada ainda na década de 1920, as Operações de Desembarque sofreram marcantes transformações no século XX. O desenvolvimento da doutrina, a concepção de meios e o adestramento de forças para a realização da recém-denominada Operação Anfíbia (OpAnf), mostraram-se extremamente valiosas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tal fato pode ser comprovado pelas sucessivas conquistas de ilhas oceânicas por militares do *United States Marine Corps* (USMC), que permitiram o estabelecimento de bases navais avançadas no transcorrer da guerra no Pacífico (FERREIRA, 2014).

O término da Guerra Fria trouxe consigo uma alteração no foco do emprego de parcela considerável do Poder Naval de diversas Marinhas, que passaram a adotar o combate “a partir do mar”, projetando-se sobre o litoral para lidar com a realidade das crises. Neste contexto, a Marinha estadunidense publicou o documento “... *From the Sea*” (“... A Partir do Mar”). Nesta publicação, verifica-se que o objetivo principal das forças navais desdobradas seria o de projetar o poder do mar para influenciar eventos em terra, nas regiões litorâneas do mundo, através do espectro operacional de paz, crise e guerra (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1992).

7 No original: “Since men live upon the land and not upon the sea, great issues between nations at war have always been decided—except in the rarest cases—either by what your army can do against your enemy's territory and national life or else by the fear of what the fleet makes it possible for your army to do”.

Surge então o conceito de Projeção Anfíbia (PrjçAnf)⁸ como uma modalidade de OpAnf estabelecida para atender aos desafios atuais, abrangendo não só o campo da Guerra Naval, mas também do Emprego Limitado da Força e das Atividades Benignas. A evolução deste conceito estaria, dessa maneira, diretamente relacionado ao fato das OpAnf passarem a desempenhar um papel importante nas soluções das crises que se desenvolviam não só em ambientes hostis, mas adicionalmente nos potencialmente hostis ou permissivos. Sendo assim, a força projetada não mais se apresentava somente para combater, mas também para colaborar ou mediar conflitos.

3.1 ADAPTANDO-SE AOS NOVOS CONFLITOS

Sendo uma evolução das OpAnf, a PrjçAnf surge, dentro da realidade dos conflitos no século XXI, como uma maneira dos Estados fazerem valer seus interesses. Para garantir a prontidão e efetividade necessárias para se contrapor a crises em todo o Espectro das Operações Militares (FIG. 1 do ANEXO A), as Forças Armadas, como as dos EUA e da Austrália, passaram a adotar uma postura mais customizável e versátil.

Esta postura também foi adotada pela MB, que em sua DMN passou a descrever as OpAnf como uma operação naval lançada do mar sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou permissiva, adequando-se às necessidades impostas pelo cenário mundial atual.

Contudo, conforme explicitado por Vidigal (2006), a Constituição Federal (CF), em seu artigo 4º, apregoa os princípios da autodeterminação, não-intervenção, igualdade entre os Estados e solução pacífica de conflitos, o que limitaria a realização das OpAnf. Contudo,

8 Modalidade de Operação Anfíbia que se utiliza das capacidades intrínsecas do Conjugado Anfíbio para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a Operações de Guerra Naval ou relacionadas, dentre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a mitigação de crises. É, também, apropriada para a condução de Operações Militares de Não Guerra (OMNG), tais como as Operações de Evacuação de Não Combatentes (OpENC), a Resposta a Desastres Ambientais e as Operações Humanitárias, por exemplo, desde que empreguem vetores navais para projetar a Força em terra (BRASIL, 2015).

face a atual dinâmica mundial, o Poder Militar não pode se restringir a possível eclosão de um conflito entre Estados.

Ainda assim, verifica-se no Plano Estratégico da Marinha (PEM), três Objetivos Nacionais de Defesa (OND) que, resguardadas as prescrições supracitadas da CF, permitiriam a projeção de forças em regiões de conflito⁹. Os OND supracitados são: salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior; contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacional; e contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto dos países e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Considerando a realidade atual, a inclusão da PrjçAnf expande o espectro das OpAnf, abrangendo tarefas diversas em apoio as operações de guerra naval ou não enquadradas em guerra, com desembarque ou não de forças em terra, de longa ou curta duração e, inclusive, em ambientes sem uma ameaça real. Dessa maneira, além da prevenção de conflitos e a distensão de crises, essa modalidade de operação seria apropriada para a condução de Atividades de Emprego Limitado da Força¹⁰ e Benignas¹¹, como por exemplo as Operações de Evacuação de Não Combatentes (OpENC) e a Diplomacia Preventiva¹², respectivamente.

Para tal, a MB possui o Conjugado Anfíbio¹³ que, valendo-se das características

-
- 9 Ainda que o Brasil defenda a reforma das instâncias decisórias de organismos internacionais, a fim de democratizá-los e contribuir para a solução pacífica de controvérsias, considera-se que deverá estar suficientemente capacitado, já que objetiva uma maior inserção no cenário mundial (FRANÇA, 2017).
 - 10 Atividades nas quais as Forças Armadas exercerão o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o País tenha assumido obrigação, determinada por organização intergovernamental (BRASIL, 2017).
 - 11 Atividades nas quais nem a violência tem parte em suas execuções, nem o potencial de aplicação da força é pré-requisito necessário. Quando desempenhadas no exterior, normalmente, são em ambiente permissivo (BRASIL, 2017).
 - 12 Tipo de operação de paz que compreende as atividades destinadas a prevenir o surgimento de disputas entre as partes, a evitar que as disputas existentes degenerem em conflitos armados e a impedir que estes, uma vez eclodidos, se alastrem. (BRASIL, 2017).
 - 13 O Conjugado Anfíbio se traduz em uma Força Naval, com um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) embarcado juntamente com os meios aeronavais adjudicados, em condições de cumprir missões relacionadas às tarefas básicas do Poder Naval (BRASIL, 2013).

intrínsecas do Poder Naval (mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade), se destaca como uma ferramenta única para a pronta resposta a qualquer ameaça ou agressão, chegando rapidamente à região do conflito, em face de sua mobilidade estratégica (MONTEIRO, 2010).

O Conjugado Anfíbio é composto pelo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) embarcado em uma Força Naval, junto aos meios aeronavais adjudicados, sendo ainda dotado de capacidade intrínseca de planejamento, combate e apoio logístico. Quando executando uma OpAnf, constitui a Força de Desembarque (ForDbq), a bordo da Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf). Cabe ressaltar ainda, que a mobilidade proporcionada pelos meios navais ao Conjugado Anfíbio é potencializada pelo emprego dos navios anfíbios, entre eles o Navio de Propósitos Múltiplos (NPM).

Além de ser um dos Eixos Estruturantes¹⁴ do CFN, o GptOpFuzNav otimiza seu emprego para conferir flexibilidade e versatilidade ao comandante, possibilitando o gradualismo, adotando o conceito de componentes (BRASIL, 2013). Essa organização por tarefas é constituída, normalmente, pelos seguintes componentes (ver FIG. 2 do ANEXO B):

– Componente de Comando (CCmdo) – Personificado pelo Comandante do GptOpFuzNav e seu Estado-Maior (EM) Geral e Especial, realiza tarefas relacionadas ao Comando e Controle, sendo responsável pelas ligações externas;

– Componente de Combate Terrestre (CCT) – Concentra os meios de combate e de apoio ao combate necessários às tarefas relacionadas com a conquista e manutenção do terreno, destruição da coesão mental e sistêmica do inimigo, além das relacionadas com o controle de áreas terrestres;

14 Estes seriam: realizar Operações Anfíbias; operar sob a organização de GptOpFuzNav; e atuar segundo o estilo de pensar o combate da Guerra de Manobra (MONTEIRO, 2010).

– Componente de Combate Aéreo (CCA) – Concentra ou coordena o Apoio Aéreo (ApAe), o Controle Aerotático e a Defesa Antiaérea (DefAAe), além de executar o apoio logístico de aviação; e

– Componente de Apoio de Serviços ao Combate (CASC) – Presta o Apoio de Serviços ao Combate (ApSvCmb) ao GptOpFuzNav, nas funções logísticas essenciais para a operacionalidade, com exceção as atividades relacionadas a aviação.

Além dos componentes citados acima, poderão ser organizados outros para cumprir tarefas específicas, cuja natureza e aspectos de coordenação e controle não recomendam a incorporação desse elemento a um dos componentes do GptOpFuzNav (BRASIL, 2013).

Baseado no valor da tropa do componente que exercerá o esforço principal, os GptOpFuzNav são normalmente no nível Brigada Anfíbia (BAnf), Unidade Anfíbia (UAnf) e Elemento Anfíbio (ElmAnf), constituídos por elementos que variam no valor de dois ou mais batalhões, um batalhão e uma Companhia, respectivamente (BRASIL, 2013).

Outrossim, os GptOpFuzNav possuem uma importante característica que o permite atuar rapidamente em qualquer crise: sua expansibilidade. Esta é garantida por sua estrutura modular, que possibilita uma expansão de forma rápida e eficaz, acrescentando-se elementos aos seus componentes (inclusive de outras Forças Armadas).

3.2 AS OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES

De uma maneira geral, observam-se alguns conceitos de OpENC em diversos períodos históricos. Durante a Guerra do Peloponeso, entre atenienses e espartanos (séculos 431 e 404 AC), tropas eram enviadas além das grandes muralhas para a defesa de não combatentes. De forma semelhante, outro exemplo histórico pode ser encontrado na Guerra dos Boxers (1899 a 1900), quando os EUA, Rússia, Japão, Grã-Bretanha, Hungria, França,

Itália e Alemanha uniram-se e organizaram uma expedição à China, visando proteger seus nacionais que estavam sendo perseguidos e mortos por integrantes das sociedades secretas chinesas, conhecidos como Boxers. Apesar de lograr êxito em chegar a Pequim e combater os agressores, a expedição não foi capaz de assegurar a proteção da totalidade de seus diplomatas por não conseguir agir rapidamente nos pontos mais sensíveis. Ainda assim, o episódio pode ser considerado como exemplo da participação da força militar em proveito da salvaguarda da integridade física de civis. Recentemente, alguns exemplos mais concretos desse tipo de operação podem ser constatados em Saigón (1975), Libéria (1990) e Somália (1991), inclusive com a utilização, por parte dos EUA, do Conjugado Anfíbio (SANTOS, 2014).

No início deste século, o Brasil vem envidando esforços no sentido de ampliar seus interesses no exterior, seja por meio de empresas, representações e organizações em outros países, o que representa um avanço do número de brasileiros em território estrangeiro. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o número de representações diplomáticas brasileiras no exterior seria de 139 Embaixadas, 52 Consulados-Gerais, 11 Consulados, 8 Vice-Consulados, 12 Missões ou Delegações e 3 Escritórios. Com relação a brasileiros residentes fora do país, segundo dados relativos a 2014 do próprio MRE, seriam cerca de três milhões, com uma estimativa de oito milhões de brasileiros viajando para o exterior anualmente (BRASIL, 2018).

Dessa maneira, considerando a instabilidade política, econômica e social de alguns países, com a conseqüente ocorrência de conflitos internos, verifica-se a configuração de possíveis ameaças à integridade física dos cidadãos brasileiros, demandando uma ação por parte do Estado. Esta preocupação encontra-se expressa na PND¹⁵, mais especificamente nos OND, em especial no que se refere a defesa dos “[...] interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior” (BRASIL, 2012b, p. 29).

15 É o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional, coordenadas pelo Ministério da Defesa. Estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional (BRASIL, 2012b).

Perante o exposto, o Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (2008) define as OpENC como aquelas conduzidas com o propósito de evacuar não combatentes de países onde exista uma ameaça à sua segurança ou onde exista uma situação de calamidade. Cabe ressaltar que o termo não combatente engloba não só os civis de nacionalidade brasileira, mas também os militares brasileiros impossibilitados de prover adequadamente sua autodefesa, como por exemplo os militares participantes de operações de paz. Apesar das OpENC poderem ser executadas por qualquer uma das três Forças Singulares (FS), a MB, devido as características intrínsecas ao Poder Naval, possui uma especial competência para esse tipo de operação, particularmente se realizada em outro continente.

Para este tipo de operação, o planejamento detalhado e a estreita coordenação entre a MB e o MRE (intermediada pelo Ministério da Defesa), revestem-se de especial importância, particularmente por serem realizadas em outros países, envolvendo cenários fortemente influenciados por aspectos políticos, econômicos e sociais. Sendo assim, quaisquer ações mal sucedidas desencadeadas pelos GptOpFuzNav, poderão gerar repercussões negativas aos interesses brasileiros. Portanto, cabe ao MRE o acompanhamento da situação e o assessoramento ao Chefe de Estado quanto à gravidade da ameaça. Adicionalmente, ressalta-se que, no âmbito desse tipo de operação, o chefe da representação diplomática brasileira no país, por ser o representante direto do Governo Brasileiro, será a autoridade com poder decisório (BRASIL, 2013).

Porém, o uso da força não ocorre de forma imediata, uma vez que os esforços são direcionados para as ações diplomáticas. A autorização para essas operações ocorre, normalmente, quando já estiverem esgotadas as demais alternativas, tendo em vista as implicações diplomáticas. Ainda assim, mesmo se houver a autorização por parte do governo do país hospedeiro, deve-se considerar se há uma ameaça palpável aos nossos nacionais e à

Força enviada para salvuardá-los.

Além da apreciação das mudanças políticas e militares, e do conhecimento do número de brasileiros residentes ou em trânsito pelo país hospedeiro, o ambiente operacional¹⁶ (o qual pode ser permissivo¹⁷, incerto¹⁸ ou hostil¹⁹) e sua possível mudança (de permissivo para incerto ou hostil) também é de extrema importância para o planejamento de uma OpENC. A análise da mudança de ambiente permite um emprego mais efetivo do Poder Militar, por meio de um melhor balanceamento da Força e das ações que serão realizadas. Conseqüentemente, há uma diminuição de vulnerabilidades na autodefesa da Força e dos não combatentes, além de minimizar possíveis impactos negativos à imagem e interesses brasileiros no exterior (BRASIL, 2013).

No entanto, segundo Santos (2016), a doutrina empregada no Brasil dificultaria a caracterização do ambiente operacional, uma vez que não é avaliado um aspecto específico, abrangendo o grau de resistência, a postura do governo local em relação aos brasileiros em seu território e o controle efetivo do país anfitrião sobre o território e a população local.

As orientações contidas no Plano de Emergência de Embaixada (PEE) deverão ser seguidas visando proporcionar a evacuação inicial dos Não Combatentes até a chegada da Força. Sua atualização, assim como o cadastro dos nacionais a serem evacuados, deverá ser buscada continuamente pela representação diplomática no país hospedeiro, uma vez que, em uma situação abundante em incertezas, seus dados auxiliarão no planejamento. O documento deverá conter importantes informações sobre as características da área, tais como: principais áreas de concentração de brasileiros (cidades e bairros), possíveis locais para o

16 Esses ambientes são consequência da situação política vigente, dos conflitos internos ou externos, ou de desastres naturais que venham a ocorrer no país hospedeiro (BRASIL, 2008).

17 Nessa condição não é esperada resistência às operações de evacuação (BRASIL, 2013).

18 É o ambiente operacional em que as Forças Armadas do país anfitrião, receptivas ou não à OpENC, não detêm o controle efetivo do território e da população na região da operação (BRASIL, 2013).

19 Nesse ambiente, o governo do país anfitrião adotou postura hostil tais que põem em risco a permanência e a vida de brasileiros naquele território ou perdeu o controle da situação (BRASIL, 2013).

estabelecimento de Área de Reunião de Evacuados (ARE)²⁰, Centro de Controle de Evacuados (CCE)²¹, meios de divulgação para a comunidade brasileira, métodos de acionamento do plano de evacuação ou divulgação de regimes especiais (BRASIL, 2013).

A logística constitui-se também em um aspecto relevante, sendo primordial o correto dimensionamento das atividades de Apoio de Serviços ao Combate (ApSvCmb). Tal necessidade visa não só atender a Força nos aspectos de mobilidade, rapidez e capacidade de permanência, mas também no processamento da Evacuação dos Não Combatentes, considerando a incerteza quanto a duração da operação (BRASIL, 2008).

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O cenário mundial atual apresenta-se permeado por conflitos de natureza híbrida, normalmente denominados de “novas ameaças”, representando a instabilidade e a incerteza do século XXI. Caracterizam-se por ser uma mescla de vários aspectos diferentes, onde a ameaça pode operar de forma convencional e não convencional, empregando combinações de táticas tradicionais, irregulares e de crime organizado. Adicionalmente, surgem demandas para operações em resposta a desastres naturais, operações de paz, operações de segurança e ações de caráter dissuasório, em ambientes não necessariamente conflituosos, forçando uma mudança na utilização das forças de pronto emprego.

Sendo assim, verifica-se o surgimento da PrjçAnf para atender essas necessidades, constituindo-se como uma opção consolidada e moderna, tendo ainda uma probabilidade de emprego superior as outras quatro modalidades de OpAnf (GAVIÃO, 2010).

Em especial com relação ao Brasil, recentemente observa-se a busca pela expansão de seu papel estratégico mundial, particularmente no EEB. A instabilidade em

20 A ARE é um local previsto para a concentração inicial dos não combatentes, onde será feita uma primeira triagem, visando o encaminhamento ao Centro de Controle de Evacuados (BRASIL, 2013).

21 O CCE conduz o processo de acolhimento dos evacuados oriundos da ARE (BRASIL, 2013).

alguns Estados, principalmente no continente africano, aliada a um aumento da presença brasileira no exterior motivada por razões econômicas e geopolíticas, avulta a importância da garantia, dentre os OND apresentados na PND, da salvaguarda da vida de cidadãos brasileiros (LAGE, 2014). Portanto, verifica-se a necessidade do Brasil possuir uma Força capaz de realizar OpENC com um tempo de resposta reduzido, operando além de seu território, com uma grande capacidade de transporte de material e permitindo o pré-posicionamento de meios nas proximidades da região de interesse.

Sendo assim, o emprego do Conjugado Anfíbio, composto por um GptOpFuzNav, meios navais e aeronavais adjudicados, e valendo-se das características intrínsecas do Poder Naval, seria a melhor opção para a realização de uma OpENC. O GptOpFuzNav, adotando o conceito de componentes para sua organização, reúne meios de combate, apoio ao combate e apoio de serviços ao combate de forma integrada, proporcionando características de flexibilidade e versatilidade únicas, possibilitando gradualismo no seu emprego e permitindo ao comandante dedicar-se à interação com os comandos superiores envolvidos.

Com a finalidade de facilitar a visualização do emprego do Poder Naval e as principais características do Conjugado Anfíbio na realização de uma OpENC, será analisada, no próximo capítulo, a evacuação realizada no Líbano, em 2006, pelos Estados Unidos da América (EUA).

4. A EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NO LÍBANO EM 2006

Conforme observado nos capítulos anteriores, os conflitos atuais tendem a adotar uma postura mais híbrida, caracterizada pela presença de novas ameaças e de diversos atores não estatais em um cenário em que muitas vezes técnicas de guerrilha e terrorismo são utilizados para prejudicar o Estado constituído e diminuir sua credibilidade.

Sendo assim, as Forças Armadas de um Estado precisam adaptar-se a estes novos conflitos, onde o inimigo pode empregar tanto técnicas convencionais como não convencionais, em cenários cada vez mais heterogêneos. Observa-se, portanto, que o Poder Naval (e em particular o Conjugado Anfíbio), possui as características necessárias para se contrapor a essas ameaças enquadradas em uma variedade de possíveis hipóteses de emprego.

Nesse contexto, as Operações de Evacuação de Não Combatentes, revestem-se de uma importância singular, especialmente com relação ao Brasil, por estar relacionada diretamente a um dos OND, qual seja, a salvaguarda da vida de brasileiros no exterior.

Dessa maneira, como forma de se visualizar a realização de uma OpENC utilizando o Conjugado Anfíbio no contexto dos conflitos atuais, será analisada a seguir a operação conduzida pelos EUA para retirar seus nacionais durante a Segunda Guerra do Líbano (12 de julho a 14 de agosto de 2016).

4.1 PRELÚDIO DE UM CONFLITO

A expressão Oriente Médio surgiu em 1902 para designar a área entre a Arábia e a Índia, tendo como centro, do ponto de vista da estratégia naval, o Golfo Pérsico. A partir daquele momento, os interesses petrolíferos entraram definitivamente no planejamento estratégico das grandes potências, resultando em uma disputa por matérias-primas e mercados e pela definição de áreas de influência na região. Sendo assim, ao final da Grande Guerra (1914-1918), após a queda do Império Otomano, o Oriente Médio foi dividido em esferas de

influência britânicas e francesas (MAGNOLI, 2006).

Nesse contexto, a Liga das Nações passou a administração das cinco regiões do atual Líbano à França. Posteriormente, em 1943, o Líbano tornou-se independente da França, que retiraram suas tropas em 1946 (SANTIAGO, 2016).

Em novembro de 1947, o Plano de Partilha da ONU decidiu que os judeus formariam um Estado em 55% do território da Palestina, enquanto os árabes ficariam com 45%. Era o início do Estado de Israel, que ainda enfrentaria um conflito contra a denominada Liga Árabe²², entre maio de 1948 a janeiro de 1949, para garantir a sua independência.

Como resultado desse conflito, refugiados palestinos, muitos provenientes do pós-guerra árabe-israelense, se estabeleceram em diversos países do Oriente Médio. Nesse período, surge a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que em 1970 passou a atuar a partir do sul do Líbano, junto à fronteira com Israel. Iniciaram-se então ações terroristas por parte da OLP contra diversas cidades ao norte de Israel, resultando em perdas humanas e materiais, o que marcou o início dos confrontos que ainda perduram na região. Posteriormente, em 1975, uma guerra civil entre cristãos e muçulmanos, que só terminaria na década de 1990, se instaurou no Líbano causando grande destruição (SANTIAGO, 2016).

Em 1978, Israel decidiu invadir o sul do Líbano em uma tentativa de interromper os ataques da OLP contra seu território. As tropas israelenses se retiraram do território libanês em março daquele ano, após o estabelecimento das resoluções 425 e 426 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que estipularam um cessar fogo. Foi então criada a *United Nations Interim Force in Lebanon*²³ (UNIFIL), visando contribuir para a estabilidade da região por meio da fiscalização do acordo estabelecido entre os conflitantes e o restabelecimento da efetiva autoridade do governo libanês (GONÇALVES, 2013).

22 Formada por Egito, Líbano, Iraque, Transjordânia (Cisjordânia), Arábia Saudita e Síria (SANTIAGO, 2016).

23 Força Interina das Nações Unidas no Líbano (GONÇALVES, 2013).

Em junho de 1982, após não conseguir interromper os ataques da OLP, as forças israelenses, apoiadas por milícias cristãs financiadas e treinadas por Israel, invadem novamente o sul do Líbano, desencadeando a chamada Operação “Paz na Galiléia”. Porém, em setembro daquele ano, uma dessas facções cristãs, o denominado Exército do Sul do Líbano (ESL), agiu violentamente sobre campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatila, matando mais de mil civis e levando a opinião pública israelense a deixar de apoiar a guerra (FISK, 2007).

Ainda segundo Fisk (2007), como resultado da intervenção israelense no Líbano, a OLP foi expulsa do território libanês em 1983. Concomitantemente, Israel ocupou a porção sul do Líbano, criando uma faixa de fronteira que variava de quatro a seis quilômetros de distância de suas cidades do norte, conhecida como “zona de segurança”. A ocupação perdurou até maio do ano de 2000, quando as tropas israelenses se retiraram da maior parte da região, permanecendo somente nas fazendas de Shebba, nas Colinas de Golã. Entretanto, o fundamentalismo islâmico permaneceu na região representado pela organização Hezbollah.

O Hezbollah é uma organização de origem religiosa da denominação xiita, que surgiu em 1982 como uma facção de guerrilheiros durante a Guerra Civil Libanesa (1975 – 1990), optando pela luta armada para atingir seus objetivos políticos de estabelecer uma nação islâmica e destruir o Estado de Israel. Desde sua gênese, a organização possui forte influência iraniana, não só em termos de financiamento, mas principalmente nas questões ideológicas. Adotando uma prática assistencialista, que varia desde a construção de clínicas e escolas até a ajuda financeira aos familiares dos seus mártires, o Hezbollah conseguiu se fazer notar politicamente nas eleições de 1992, inserindo-se oficialmente na sociedade libanesa e ocupando a área sul (NAVARRO, 2015).

De acordo com Navarro (2015), para atingir seus objetivos, o Hezbollah aprimorou-se no uso de táticas não convencionais, dentre elas os ataques terroristas suicidas

(uso de cintos explosivos) e a realização de sequestros. Estas ações, na visão de seus líderes, tem como objetivo instaurar o terror em seus inimigos, convencendo-os da capacidade do movimento revolucionário e da fraqueza do Estado, causando ainda grandes repercussões na opinião pública nacional e internacional.

Além da presença de organizações extremistas, como o já mencionado Hezbollah, a divisão religiosa do Líbano, os problemas na fronteira com Israel, a existência dos campos de refugiados palestinos e as interferências do Irã e da Síria, aumentaram significativamente a instabilidade regional (GONÇALVES, 2013).

4.2 A SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO

A Resolução 1559 do CSNU, de 02 de setembro de 2004, determinou ao governo libanês a dissolução e desarmamento das milícias locais (entre elas o Hezbollah), além da realização de um processo eleitoral livre e justo, sem a interferência estrangeira, em especial da Síria. Porém, face a popularidade e a força militar do Hezbollah, o governo do Líbano não acatou a Resolução, elevando as tensões na região sul, resultando em novembro de 2005 em um confronto de curta duração entre a organização xiita e as Força de Defesa Israelenses (IDF) (HUOVINEN, 2011).

Posteriormente, em 12 de julho de 2006, o Hezbollah simultaneamente efetuou diversos disparos de foguetes Katyusha (fornecidos pelo Irã) contra território israelense e realizou uma incursão em localidades próximas à fronteira, incluindo as Colinas de Golã. Nessas ações, oito militares das IDF foram assassinados e outros dois foram sequestrados, tendo como objetivo pressionar Israel a libertar prisioneiros palestinos. Foi o estopim para a denominada Segunda Guerra do Líbano (MURPHY, 2011).

Entretanto, duas considerações devem ser feitas adicionalmente ao desenvolvimento do conflito: uma atinente ao terreno e inimigo; e a outra sobre a postura da

IDF.

O Sul do Líbano é propício as atividades de defesa, por apresentar-se como um terreno bastante acidentado, onde os veículos blindados tendem a permanecer nas trilhas, o que favorece a utilização de Artefatos Explosivos Improvisados (AEI) e minas. Além disso, o Hezbollah, em extensivos treinamentos no Líbano, Síria e Irã, aprimorou um *modus operandi* que envolvia a mescla de táticas de guerrilha com técnicas e armamentos militares convencionais, criando um conceito de defesa inovador naquela região (JOHNSON, 2011).

Adicionalmente, segundo Johnson (2011), em 2006 as IDF estavam passando por uma mudança em sua postura tradicional (voltada para uma guerra simétrica contra forças de Estados vizinhos) para se contrapor a ameaças assimétricas, que procurariam manter conflitos de longa duração contra Israel. Isso levou a um corte no orçamento de defesa israelense, além de uma mudança organizacional nas IDF, priorizando forças mais leves e rápidas, de maneira a manter um número pequeno de baixas entre seus militares e utilizando técnicas menos letais em larga escala.

Sendo assim, em menos de duas horas após os ataques do Hezbollah, Israel respondeu enviando um pelotão de infantaria apoiado por um Carro de Combate Merkava, que foi destruído causando a morte de um dos operadores. Um segundo pelotão foi enviado, mas acabou retraindo sob fogos de morteiro. Dessa maneira, Israel passou a bombardear 17 localizações do Hezbollah no Líbano, incluindo ainda três aeroportos (entre eles o Aeroporto Internacional de Beirute), 3 pontes sobre o Rio Litani, rodovias e usinas de energia elétrica, visando impedir o ressuprimento do grupo xiita pelo Irã e o transporte dos soldados abduzidos para fora do sul do Líbano. No dia 13 de julho, as forças israelenses impuseram um bloqueio aéreo e marítimo ao país (JOHNSON, 2011).

Como uma forma de retaliação, em 14 de julho, o Hezbollah disparou dois mísseis C-802 Noor, de fabricação iraniana, contra a corveta israelense Hanit, na costa do Líbano,

resultando na morte de quatro marinheiros. De acordo com Johnson (2011), a tripulação teria sido surpreendida, uma vez que não tinham conhecimento de que o Hezbollah possuía tal armamento, levando-os a desligar o sistema antimíssil.

Por conseguinte, seguiram-se novos ataques aéreos israelenses contra o subúrbio de Beirute, tendo como alvo os principais redutos do Hezbollah. Tais ataques foram continuamente condenados pela comunidade internacional, em especial devido a sua intensidade e duração. No dia 14 de julho, Forças Especiais israelenses, representadas pelas unidades Shaldag, Egoz, e Yamam, iniciaram incursões em território libanês, chegando inclusive a controlar parte do vilarejo de Rajar. Em 17 de julho, na cidade de Maroun al-Ras, soldados das IDF foram emboscados por integrantes do Hezbollah. Ficava claro, nesse momento, a lacuna de informações que dispunham as IDF sobre seus adversários. Até o final do conflito, 4 Divisões das IDF seriam empregadas em território libanês, mas apresentando pouca efetividade contra o inimigo que continuava a lançar ataques de foguetes contra Israel (JOHNSON, 2011).

A Resolução 1701 do CSNU estabeleceu um cessar-fogo, que foi efetivado em 14 de agosto, data da retirada das forças terrestres de Israel do território libanês. Adicionalmente, uma nova missão de paz da ONU, composta por 15.000 soldados, estabeleceu-se na fronteira entre os dois Estados, sendo previsto ainda a atuação do exército regular libanês para desarmar definitivamente o Hezbollah. Por fim, em 8 de setembro o bloqueio marítimo foi encerrado.

No conflito cerca de 120 soldados e 37 civis israelenses morreram. No lado libanês, estima-se entre aproximadamente 900 a 1.100 o número de civis mortos, sendo entre 250 a 800 o número de baixas entre os membros do Hezbollah. De uma maneira geral, o conflito foi um desastre para Israel e uma vitória para o Hezbollah. De fato, apesar da investida israelense, a organização xiita conseguiu lançar efetivamente 217 ataques com

foguetes ao território israelense, colocando em dúvida a competência militar e a capacidade de dissuasão das IDF (JOHNSON, 2011).

4.3 A OPERAÇÃO ESTADUNIDENSE

No início do verão de 2006, cerca de 50.000 turistas e cidadãos libaneses/norte-americanos encontravam-se no Líbano para visita ou fixar residência, aumentando consideravelmente o efetivo populacional da região. O Departamento de Estado (*State*), apesar de emitir alertas relativos a registros de assassinatos, atentados e manifestações, não previa nenhum conflito em larga escala (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007).

Após o início dos bombardeios israelenses em 12 de julho, que visavam o Sul do Líbano e a capital Beirute, diversos residentes e turistas buscaram deixar a zona de conflito. Apesar de diversos Estados terem se esforçado para evacuar seus cidadãos por via terrestre (utilizando a fronteira com a Síria ou a Turquia) ou por via marítima (para o Chipre), a paralisação da malha viária/aérea e a insegurança nas rodovias libanesas, o grande número de civis e escassez de meios comerciais para evacuá-los, além do bloqueio israelense, dificultaram sobremaneira a execução dos Planos de Emergência das embaixadas.

Dessa maneira, assim como constatado por outras representações diplomáticas, o Embaixador dos EUA em Beirute verificou a impossibilidade de evacuar seus nacionais e estrangeiros de nações amigas contando somente com os recursos que dispunha no momento. Com estas informações, em 14 de julho, o *State*, órgão estadunidense responsável por coordenar este tipo de operação em tempos de crise, solicitou auxílio ao Departamento de Defesa (DOD) para realizar uma OpENC (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007).

Por conseguinte, face o bloqueio aéreo e terrestre, a quantidade de evacuados e considerando que o conflito ainda estava em andamento, optou-se pela realização de uma operação a partir do mar, empregando a 24ª Unidade Expedicionária do Corpo de Fuzileiros

Navais (MEU)²⁴, parte integrante do Comando Combinado do Oriente Médio (CENTCOM) sob o comando do General Carl Jensen (GLOBAL SECURITY, 2018).

Sendo assim, em 17 de julho, dois helicópteros CH-53E Sea Stallion foram empregados na evacuação de 42 cidadãos norte-americanos (idosos, crianças pequenas e portadores de necessidades médicas especiais) da Embaixada dos EUA, em Beirute, para a Base Aérea Real de Akrotiri, no Chipre, utilizado como Local de Destino Seguro Intermediário (LDSI)²⁵. Em 18 de julho, um navio de cruzeiro fretado pelo Departamento de Estado, o Orient Queen, ancorou no porto de Beirute, escoltado pelo USS Gonzalez. Naquele mesmo dia, militares da Força de Segurança Interina do Corpo de Fuzileiros Navais (IMCSF) Bahrain, chegaram a Beirute para coordenar a segurança a bordo do navio contratado garantindo o transporte seguro e ordenado de cada passageiro. Os militares da IMCSF, juntamente com os Fuzileiros Navais da 24ª MEU, também efetuaram a inspeção da bagagem dos evacuados antes de carregá-las no navio. No dia 19 de julho, o navio partiu com 900 pessoas a bordo, chegando ao Chipre no início da manhã do dia 20. Além do navio de cruzeiro Orient Queen e do USS Gonzalez, outros oito navios da Marinha estadunidense também participaram da operação (GLOBAL SECURITY, 2018).

Cabe ressaltar a flexibilidade proporcionada pelos navios de desembarque, como o USS Nashville, e suas Embarcações de Desembarque de Classe Geral (EDCG) orgânicas, que possibilitaram a evacuação de milhares de nacionais a partir das praias. Sendo assim, até 21 de julho, foram retirados 4.200 cidadãos do Líbano. Dois dias depois, já eram cerca de 10.000 o número de evacuados para o Chipre e Turquia (GLOBAL SECURITY, 2018).

Em 02 de agosto, três semanas após a deflagração do conflito, a primeira fase da

24 Uma MEU possui um efetivo de 2000 Fuzileiros Navais, embarcados nos Grupos de Navios Anfíbios da Marinha Estadunidense, provendo a presença do Poder Naval em diversas regiões do globo (ESTADOS UNIDOS, 2011).

25 O LDSI deve ser estabelecido, temporariamente, em um país amigo, quando não houver meios disponíveis para transportar todos os evacuados para o Local de Destino Seguro ou devido à impossibilidade de se completar o processo de acolhimento de evacuados (BRASIL, 2018).

operação foi considerada encerrada, perfazendo o total de 15.000 não combatentes retirados para Nicosia, no Chipre, e para a Base Aérea de Incirlik, na Turquia, em uma proporção de 90% e 10%, respectivamente. Posteriormente, em uma segunda fase, o DOD providenciou o regresso dos civis para os EUA por meio de voos fretados (ANEXO E) (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007).

Finalizando, de acordo com o relatório do GAO, foram observadas algumas dificuldades na realização da operação, dentre as quais se destacam: a dificuldade de coordenação entre o *State* e o DOD; as falhas de comunicação entre o *State* e os nacionais que seriam evacuados; e a necessidade de mobilização extra de navios pelo DOD, em virtude de não possuir prontamente todos os meios navais necessários à operação (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007).

4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A Segunda Guerra do Líbano, conforme observado neste capítulo, é um exemplo dos novos conflitos do século XXI. O embate entre o Hezbollah e as Forças regulares do Estado de Israel, foi caracterizado pelo emprego do poder de combate da organização xiita de modo convencional e não convencional. Além disso, observa-se o apoio fornecido pelo Irã, demonstrando a maneira pela qual um Estado, valendo-se de um ator não-estatal, pode interferir indiretamente em um segundo Estado.

Nesse contexto, seguiu-se a análise da OpENC desencadeada pelos EUA para a retirada de seus nacionais da área do conflito. Em decorrência de algumas dificuldades, entre elas o bloqueio aéreo e terrestre israelense, a quantidade de evacuados e a continuidade das hostilidades entre o Hezbollah e Israel, o *State* decidiu solicitar o auxílio do DOD, que por conseguinte optou pela utilização do Poder Naval. Sendo assim, empregou-se um GptOpFuzNav embarcado em meios navais para a evacuação de 15.000 cidadãos

estadunidenses em direção ao Chipre e a Turquia. O Conjugado Anfíbio, dessa maneira, mostrou-se essencial para o sucesso da operação, uma vez que sua flexibilidade, aliada ao aprestamento dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, proporcionou a melhor solução para o cenário apresentado. Dessa maneira, fica patente a importância de um Poder Naval em condições de realizar uma PrjçAnf, em particular uma OpENC.

Por conseguinte, conforme observado em relatório do GAO (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007), serão analisadas no próximo capítulo, algumas das dificuldades observadas na realização operação estadunidense no Líbano em 2006, contrastando-as com a doutrina para este tipo de operação vigente na MB, de maneira a identificar os principais aspectos e sugestões de aprimoramento.

5. APRENDENDO COM OS ERROS, APERFEIÇOANDO OS ACERTOS

Conforme exemplificado pela Segunda Guerra do Líbano, observa-se que os conflitos atuais tendem a surgir e se desenvolver mais rapidamente, com a presença de atores estatais e não-estatais, empregando táticas e armamentos convencionais e não-convencionais.

Além disso, após verificar a OpENC realizada pelos EUA durante o conflito, ficou pautado a versatilidade e flexibilidade proporcionada pelo Conjugado Anfíbio para lidar com problemas que advenham destes cenários incertos. Portanto, devido a suas características peculiares, esta operação constitui-se na base para a análise que será procedida neste capítulo, visando ressaltar as principais características a serem observadas na realização de uma OpENC, considerando a atual doutrina adotada pela MB. Para tanto, visando estabelecer uma correlação entre o estudo do caso norte-americano no Líbano e a atual doutrina empregada, serão abordados alguns aspectos do relatório do GAO, além de outros constantes em publicações da MB, separando-os pelos níveis estratégico, operacional e tático.

5.1 NÍVEL ESTRATÉGICO

De acordo com o relatório do GAO, no caso da operação no Líbano em 2006, o gabinete do Secretário de Defesa estadunidense, além do CENTCOM e de membros do alto escalão do *State*, estavam envolvidos diretamente na execução da OpENC (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007).

Esta afirmação corrobora para uma das características de uma OpENC: a estreita coordenação entre um componente civil (no caso dos EUA, representado pelo *State*) e um componente militar (nesse caso, o DOD e o USMC). Sendo assim, como uma maneira de estreitar o relacionamento com o *State*, o DOD realiza periodicamente adestramentos sobre OpENC envolvendo militares do USMC e funcionários das embaixadas e do corpo diplomático de várias representações estadunidenses. Além disso, há um Memorando de

Entendimento (MOA) entre os departamentos, onde são explicitadas as tarefas e responsabilidades de cada agência em uma evacuação de não combatentes. Sendo assim, de acordo com o MOA, o *State* é responsável pela proteção e evacuação dos cidadãos estadunidenses, podendo eventualmente solicitar apoio ao DOD. Porém, ao solicitar esse apoio, o DOD assume toda a responsabilidade pela evacuação, interagindo diretamente com o Embaixador no país anfitrião. Em termos de planejamento, um grupo de ligação é estabelecido para facilitar as coordenações nos mais altos níveis em ambos os departamentos (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007).

Adicionalmente, diferenças de culturas institucionais e de sistemas dificultaram a coordenação entre ambos os departamentos. Por exemplo, funcionários do *State*, em contato com a representação diplomática no Líbano, solicitaram “10 aviões” aos militares do DOD para a retirada dos evacuados do Chipre para os EUA. O DOD, por conseguinte, necessitava do número preciso de passageiros e o peso do material a ser transportado, de maneira a selecionar o melhor tipo de aeronave para a tarefa. Dessa maneira, estas diferenças de comunicação resultaram em atrasos de voos para a retirada de cidadãos estadunidenses, pois havia a necessidade de mais tempo para o levantamento de informações por parte do *State*. Conseqüentemente, esses atrasos geraram um número elevado de evacuados retidos no Chipre, uma vez que havia uma grande diferença na porcentagem de cidadãos que chegavam e os que eram retirados para os EUA, gerando um “gargalo” no processo de evacuação. Além disso, constatou-se que o MOA não especificava as capacidades e limitações de cada departamento, não estabelecendo também um limite a partir do qual o DOD assumiria do *State* a tarefa de transporte dos nacionais. Posteriormente, de maneira a minimizar essas diferenças institucionais, o *State* enviou dois funcionários de seu setor administrativo para o Comando de Transporte do Departamento de Defesa (TRANSCOM), visando adquirir conhecimento sobre o funcionamento e as capacidades daquele setor. Como resultado dessa

interação, foi desenvolvido um sistema *online* para o compartilhamento de informações entre os departamentos (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007).

A complexidade do relacionamento entre diversos órgãos do governo para o planejamento e execução de uma OpENC também é uma preocupação abordada nas publicações sobre o assunto adotadas no âmbito do Ministério da Defesa (MD) e da MB. De fato, a publicação MD-33-M-08 Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes (BRASIL, 2013) apregoa a necessidade de coordenação entre todos os níveis do MD e do MRE, além do relacionamento destes com outras organizações governamentais, civis, militares ou internacionais. Para tanto, no nível político/estratégico, é ativado o Gabinete de Crise pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), sendo presidido pelo Ministro-Chefe do GSI/PR e composto por representantes do MRE, do MD, das Forças Singulares (FS) e de outros órgãos governamentais. Em uma OpENC, o Gabinete de Crise auxilia na coordenação do planejamento e da implementação dos planos do MRE e do Comando Operacional (COp) para a proteção ou evacuação dos não combatentes. Sendo assim, o Gabinete de Crise materializa, no nível estratégico, a ligação entre o MRE e o MD.

Entretanto, cabe ressaltar que, apesar de se iniciar no nível estratégico com a interação entre o MD e o MRE, o relacionamento entre estes dois órgãos do governo atinge seu ápice no nível operacional, por meio dos contatos diretos entre o Chefe da Representação Diplomática brasileira no país (Embaixador) e o COp. O Embaixador, por estar mais familiarizado com a situação corrente e o ambiente onde ocorrerá a operação, deve manter o COp inteiramente informado. Além disso, outras informações que poderão ser prestadas pela Representação Diplomática, em particular os dados constantes no PEE e o cadastro dos nacionais a serem evacuados, são essenciais para a realização da operação.

Essas coordenações para o planejamento e execução da operação, porém, não eximem a necessidade do estreitamento de laços entre o MD e o MRE em tempo de paz.

Conforme observado anteriormente no caso estadunidense, a participação de membros do MRE em exercícios promovidos pelo MD poderá auxiliar no desenvolvimento de uma linguagem única para este tipo de operação, o que minimizaria possíveis erros, permitindo ainda uma resposta mais rápida e uma melhor otimização de meios. Outra maneira de mitigar essas barreiras seria o estabelecimento de um grupo permanente com membros do MD e do MRE, para a troca constante de informações e o acompanhamento de possíveis mudanças nas regiões de interesse. Tal ação facilitaria o suporte pré-operação às Embaixadas (atualização do PEE, fretamento de voos, coordenação com outras representações, etc) e um alerta antecipado para ambos os ministérios (aumento do estado de prontidão, seleção prévia de meios, etc).

Ademais, deve-se considerar o aprestamento da força militar que irá realizar uma OpENC. Nesse sentido, a incorporação do Navio Doca Multipropósito (NDM) Bahia, bem como a recente aquisição do Porta-Helicópteros Multipropósito (PHM) Atlântico, representam um movimento na direção do aumento da capacidade operativa e expedicionária da MB. Porém, não só a obtenção, manutenção e adestramento constante dos meios devem ser observados, mas também seu emprego no local e no período de tempo oportuno, visando atender a demanda apresentada. Esta afirmação fundamenta-se, como já observado nos capítulos anteriores, no fato dos conflitos atuais, face a globalização e o avanço nos meios de comunicação, terem normalmente um início inesperado e um desenvolvimento muito rápido. Sendo assim, na pior hipótese possível, a presença de uma força naval nas proximidades das zonas de interesse contribuiria para uma resposta assertiva ou, até mesmo, para o retardo no desenvolvimento das hostilidades. Conforme visto anteriormente na OpENC realizada pelos EUA em 2006, a presença de meios do CENTCOM foi um dos fatores decisivos para o sucesso da operação, pois possibilitou uma resposta em período não inferior a 72 horas.

Apesar de não dispor de bases fora de seu território, o Brasil procura fortalecer relações no seu Entorno Estratégico. Para tanto, o Sistema de Defesa da Amazônia Azul

(ANEXO F), conforme descrito por Ferreira (2014), abrange um conjunto de camadas que permitiriam a manutenção de um ambiente pacífico no EEB, com ações que variam de Operações de Paz a Segurança Marítima.

Porém, face uma rápida observação do cenário mundial atual, considera-se que a maioria dos Estados da América do Sul e do Caribe apresentariam condições razoáveis de estabilidade ou, de uma maneira geral, favoráveis aos interesses brasileiros. Além disso, em sua maioria são regiões próximas ao território brasileiro, o que facilitaria o deslocamento de meios navais em tempo considerado satisfatório para a realização de uma OpENC.

Por outro lado, segundo França (2017), a porção ocidental do continente africano engloba países que, por mazelas de sua história e geografia, experimentam graves crises que frequentemente desdobram-se em conflitos. Sendo assim, os países do continente africano, pertencentes ou não ao EEB, seriam objeto de preocupação maior, não só pelos fatores de distância envolvidos, mas também devido ao explicitado no capítulo 2 desta dissertação. A importância destes Estados cresce ainda mais considerando o emprego de meios do Conjugado Anfíbio fora do Entorno Estratégico para a realização de uma OpENC.

Sendo assim, conforme constante na primeira camada deste Sistema de Defesa da Amazônia Azul, a Diplomacia Naval, por meio da manutenção de um estado de cooperação e integração com estes Estados, torna-se essencial não só para a consecução dos interesses brasileiros no interior do Entorno Estratégico, mas também como catalisador para o aumento da capacidade expedicionária e de projeção da MB para fora deste. Em termos práticos, conforme observado na DMN (BRASIL, 2017), essa cooperação é materializada não só pela assistência técnico-militar às Forças Armadas estrangeiras, em particular por meio dos Grupos de Apoio Técnico (GAT), como atualmente ocorre com a República da Namíbia e com a República Democrática de São Tomé e Príncipe, mas também pela realização de exercícios que propiciem um incremento na interoperabilidade com Marinhas amigas. No contexto das

OpENC, o desenvolvimento destas parcerias proporcionariam, além de um possível LDSI ou Base Intermediária de Apoio (BI Ap)²⁶, a presença antecipada de meios do Conjugado Anfíbio nas proximidades de regiões fora do Entorno Estratégico, onde a instabilidade regional seria motivo de preocupação, como por exemplo o Oriente Médio.

5.2 NÍVEL OPERACIONAL

A evacuação de cidadãos estadunidenses em 2006 foi extremamente complexa e envolveu o deslocamento de cerca de 15.000 não combatentes do Líbano para os LDSI no Chipre e Turquia. Apesar da presença de meios navais da *United States Navy* (USN) na área, o DOD necessitou mobilizar mais navios, uma vez que não possuía a quantidade de meios navais necessários para a operação. Sendo assim, o TRANSCOM, responsável pela seleção de meios, passou a coordenar o contrato de navios comerciais para auxiliar na evacuação. Essa mobilização permitiu a retirada inicial de 1.000 não combatentes nos primeiros 4 dias da operação.

Adicionalmente, face à quantidade de evacuados de outros países, observou-se uma dificuldade no fretamento de voos dos LDSI para os EUA. Dessa maneira, foi empregado uma combinação de aeronaves comerciais e militares para o transporte dos evacuados, replicando o utilizado para o transporte de tropas estadunidenses dos EUA para o Iraque e Afeganistão.

A doutrina empregada pela MB para operações semelhantes também prevê a utilização de meios não constantes no Conjugado Anfíbio para a evacuação de não combatentes. A publicação CGCFN 1-11 Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (BRASIL, 2008), admite a utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), bem como de navios e aeronaves de

26 Área em outro país utilizada para a complementação do planejamento, realização de ensaios, base de apoio para operações aéreas e concentração de meios, dentre outras facilidades, para a execução de uma OpENC (BRASIL, 2013).

forças amigas e outros meios de transporte civis para auxiliar na operação. Sendo assim, seguindo o previsto na doutrina e o exemplo estadunidense, torna-se imperioso o contato com instituições civis, em particular armadores e empresas aéreas, nos momentos iniciais da operação. Além disso, conforme demonstrado no item anterior deste capítulo, o reforço nas parcerias regionais do EEB proporcionarão, na maioria das vezes, um apoio essencial onde e quando o emprego das Forças Armadas brasileiras não poderá ser imediato.

Outro aspecto a ser observado reside nas falhas de comunicação entre o Departamento de Estado e os nacionais a serem evacuados. De acordo com o relatório do GAO (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007), face à falta de treinamento em comunicação social e fontes de informação não confiáveis, inicialmente o *State* tentou manter um contato direto com a mídia, inibindo qualquer iniciativa da Embaixada em Beirute neste sentido. Esses veículos de comunicação locais se constituíram em uma fonte vital de informação para os evacuados, uma vez que a aviação israelense teria destruído diversas torres de comunicação celular e centrais de energia. Sendo assim, a decisão do *State* dificultou o acesso em tempo hábil dos cidadãos estadunidenses a informações essenciais sobre a operação, principalmente sobre a localização das ARE e outros procedimentos importantes, incluindo os dias e horários dos transportes. Posteriormente, a decisão foi revogada e os funcionários da embaixada puderam contatar diretamente a mídia libanesa.

A publicação MD-33-M-08 Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes (BRASIL, 2013) prevê que o COP libere oportunamente informações sobre a operação aos meios de comunicação sem, contudo, comprometer a segurança. Além disso, por envolver o controle de parcela da população civil de outro país, observa-se que as atividades de comunicação social e as Operações Psicológicas²⁷ tem papel efetivo em diminuir ou

27 Procedimentos técnico-especializados, operacionalizados de forma sistematizada para apoiar a conquista de objetivos políticos ou militares e desenvolvidos antes, durante e após o emprego da força, visando a motivar públicos-alvo amigos, neutros ou hostis a atingir comportamentos desejáveis (BRASIL, 2015).

prevenir possíveis hostilidades contra a tropa atuante. Sendo assim, considera-se primordial a presença de militares habilitados nestas áreas no COp.

5.3 NÍVEL TÁTICO

Conforme observado no capítulo 3, a PrjçAnf surgiu no contexto dos novos desafios impostos pela ordem mundial atual. Dessa maneira, as OpAnf passaram a desempenhar um papel importante nas soluções às crises em diversos cenários, deixando de abranger somente os ambientes hostis, passando a atuar também nos potencialmente hostis ou permissivos. Considerando ainda a realização de uma OpENC, deve-se observar um grau admissível de flexibilidade na organização da força, de maneira a permitir o cumprimento da missão com o mínimo de interferência possível nos assuntos internos do país hospedeiro, o que evitaria repercussões negativas que possam extrapolar o nível de decisão do COp.

Sendo assim, o perfeito entendimento e adestramento das Regras de Engajamento (RE) estabelecidas pelo COp deve ser objeto de especial atenção. As RE são estabelecidas de maneira a propiciar uma resposta proporcional e adequada às hostilidades, ainda que o engajamento deva ser evitado ao máximo. Além disso, considerando a natureza humanitária de uma OpENC, principalmente em um ambiente permissivo, observa-se a necessidade do estabelecimento de uma consciência situacional em todos os níveis, principalmente nas pequenas frações. Nesse contexto, as ações desencadeadas pelos líderes das pequenas frações poderiam ter repercussões além do nível tático, atingindo também o nível estratégico e o político.

Esta conclusão é corroborada por outro fato importante: o avanço nos meios de comunicação, em especial a Internet, além da popularização dos *smartphones*. Por exemplo, qualquer erro de decisão ou ação mal desencadeada poderia ser filmada e disseminada em escala mundial utilizando as redes sociais, o que possivelmente afetaria os níveis de decisão

mais altos da missão. Sendo assim, constata-se que essas ferramentas amplificam a capacidade de qualquer pessoa interferir nas operações por meio da manipulação da opinião pública, aumentando o grau de animosidade da população ou diminuindo o apoio interno do país às forças.

Parecendo antever esse problema, o General Krulak (1999), em seu artigo para a *Marines Magazine* em 1999, cunhou o termo “Cabo Estratégico”, para expressar um novo modelo de liderança nas pequenas frações, particularmente com relação às operações militares nos conflitos pós-Guerra Fria. De acordo com ele, para se contrapor aos dilemas morais que seriam impostos a esses líderes, o USMC necessitaria modificar seu sistema de formação, focando no desenvolvimento do caráter de seus militares, em especial nas questões de integridade, coragem, iniciativa, determinação, agilidade mental e responsabilidade pessoal.

No âmbito do CFN, a Pista de Liderança existente no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), revela-se uma ferramenta importante no desenvolvimento da capacidade de liderança. A ampliação de temas relativos a liderança nos cursos de formação e especialização também são considerados como um avanço. Ademais, experiências em missões no exterior, como no Haiti e Líbano, além de outras que impõe a descentralização das ações até os níveis das pequenas frações, contribuem para um “empoderamento” das Praças e, conseqüentemente, para o avanço das características destes líderes em direção a grande tendência das forças armadas do Século XXI.

Porém, de maneira complementar, observa-se a necessidade de desenvolvimento intelectual das Praças, uma vez que estes normalmente são oriundos das classes mais baixas da sociedade e com menor grau de escolaridade e esclarecimento. O incentivo à busca por uma graduação no ensino superior, incluindo o intercâmbio com instituições de ensino extra-Marinha, além da aprendizagem de idiomas e a complementação da formação cultural, são ações que devem ser levadas a cabo para mitigar essa deficiência. O desenvolvimento

intelectual das Praças, aliado a um melhor preparo militar-profissional, são as bases para lideranças aptas a maiores responsabilidades nas tomadas de decisões e com as características necessárias para se contrapor as novas ameaças.

5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A operação realizada pelos EUA durante a Segunda Guerra do Líbano constitui-se em um valioso exemplo do emprego do Conjugado Anfíbio na realização de OpENC tendo como cenário um conflito no contexto do século XXI. A quantidade de evacuados, os esforços para mobilizar os meios empregados na operação e o fato de ter sido realizada com o conflito ainda em andamento, foram algumas das dificuldades que foram superadas para a sua realização. Dessa maneira, a análise do relatório do GAO, bem como de alguns aspectos constantes no MD-33-M-08 Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes e no CGCFN 1-11 Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, permitem angariar conhecimentos importantes para o aprimoramento de procedimentos nos diversos níveis de decisão, além de outros já existentes que necessitam ser destacados.

Sendo assim, iniciando pelo nível estratégico, observou-se uma dificuldade de coordenação entre o *State* e o DOD, em particular por diferenças institucionais e de sistemas adotados pelos dois órgãos, o que ocasionou alguns problemas na retirada dos não combatentes, em especial no retorno para os EUA. Como solução para este aspecto negativo, foram estabelecidos alguns procedimentos, como o intercâmbio entre funcionários do *State* e o TRANSCOM, visando diminuir as dificuldades de comunicação, além do desenvolvimento de um sistema *online* para o compartilhamento de informações entre os departamentos.

A doutrina empregada na MB para este tipo de operação já prevê a necessidade de coordenação entre todos os níveis do MD e do MRE. Porém, diferenças institucionais que por

ventura possam dificultar a coordenação entre os dois ministérios, poderiam ser dirimidas com algumas ações, entre elas: a participação de membros do MRE em exercícios promovidos pelo MD e o estabelecimento de um grupo permanente com membros do MD e do MRE. Estas ações, além de proporcionar o desenvolvimento de uma linguagem única entre os dois órgãos por ocasião de uma OpENC, permitiriam a troca imediata de informações e o rápido acompanhamento da situação nas regiões de interesse.

Outro aspecto a ser observado nesse nível é o atinente ao emprego oportuno de meios. Em que pese o incremento operativo proporcionado pela incorporação do Navio Doca Multipropósito (NDM) Bahia e do Porta-Helicópteros Multipropósito (PHM) Atlântico, conforme observado no caso estadunidense, há a necessidade da presença de uma força naval nas proximidades das zonas de interesse. Nesse sentido, a PrjçAnf, atuando na sua vertente da Diplomacia Naval, contribuiria para o estabelecimento da cooperação e integração com os Estados incluídos no seu Entorno Estratégico, valendo-se para isso dos GAT e de exercícios em conjunto com as Marinhas amigas. Tendo como preceito o respeito a soberania dos Estados, estas parcerias, particularmente na porção ocidental do continente africano, permitiriam a realização de OpENC em melhores condições não só no interior do EEB, mas facilitaria a projeção de meios do Conjugado Anfíbio para fora deste.

No nível operacional, a quantidade de evacuados na operação em 2006 (15.000 não combatentes), estava além da capacidade dos meios navais presentes na USN. Sendo assim, foram contratados navios comerciais para auxiliar na retirada dos nacionais em direção ao Chipre e à Turquia. Além disso, ocorreu uma dificuldade no fretamento de voos dos LDSI para os EUA, o que obrigou a combinação de aeronaves comerciais e militares para o transporte dos cidadãos americanos.

Apesar da doutrina empregada pela MB prever a utilização de meios não constantes no Conjugado Anfíbio para a evacuação de não combatentes, o contato constante

com instituições civis, em particular armadores e empresas aéreas, é extremamente importante, em especial nos momentos iniciais da operação. Ademais, as parcerias regionais no EEB, principalmente com as Marinhas amigas, poderão proporcionar um apoio essencial por ocasião da realização das OpENC, principalmente devido a um possível atraso no emprego das Forças Armadas brasileiras.

A transmissão de informações aos evacuados também é de grande importância, principalmente sobre a localização das ARE e outros procedimentos importantes. Nesse aspecto, o relatório do GAO, apresentou um aspecto negativo da operação, uma vez que a decisão de concentrar todos os contatos com a mídia pelo *State*, dificultou o acesso a informações essenciais pelos cidadãos estadunidenses a serem evacuados no Líbano (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007).

Segundo o manual MD-33-M-08 (BRASIL, 2013), o COp deve fornecer informações sobre a operação aos meios de comunicação, tendo em mente a manutenção de um certo grau de segurança. Portanto, a presença de militares habilitados na área de Comunicação Social e Operações Psicológicas no COp é de extrema valia, uma vez que o contato com a mídia facilita não só a transmissão de informações aos não combatentes, mas também atuaria no sentido de diminuir ou prevenir possíveis hostilidades advindas da população local.

Finalizando, no nível tático, a gama de ambientes onde as OpENC podem ocorrer, demandam, além do perfeito entendimento e adestramento das RE estabelecidas, a manutenção constante da consciência situacional entre todos os envolvidos na operação, em particular os líderes das pequenas frações. O avanço nos meios de comunicação e informática, aliada a um cenário conflituoso que urge pela descentralização das ações, faz com que as ações desencadeadas pelos líderes das pequenas frações possam afetar negativamente não só o nível tático, mas também os níveis estratégico e político.

Sendo assim, além das iniciativas já adotadas nos cursos de formação e especialização, deve-se buscar o aprimoramento intelectual das Praças, em especial a partir da graduação de Cabo. Além do incentivo na realização de um curso no ensino superior, o intercâmbio com outras instituições de ensino, o aprendizado de outras línguas e o aprimoramento cultural devem ser objetos de permanente preocupação na formação profissional desses novos líderes.

6. CONCLUSÃO

Apesar do sentimento predominante de paz após a dissolução da antiga URSS, em 1991, o mundo observou a eclosão de diversos conflitos de origem étnica, econômica, social, política e religiosa, que encontravam-se latentes durante o período da Guerra Fria. Com esses conflitos, surgem novas ameaças potencializadas pela globalização, que facilitou a mobilidade das pessoas. Esse fator, aliado a interconectividade proporcionada pelo avanço dos meios de comunicação, diminuiu a capacidade de resposta dos Estados às situações de crise. Particularmente para o Brasil, essa afirmação tem um impacto na expansão de sua influência no EEB, devido à instabilidade de alguns Estados, principalmente no continente africano.

Sendo assim, observou-se que nesse cenário, as Forças Armadas necessitaram adaptar suas forças de pronto emprego para atender às demandas de uma gama extensa de operações. Por sua vez, essas variam de resposta a desastres naturais até ações de caráter dissuasório, em ambientes onde o uso gradual e moderado da força não necessariamente é uma exceção. Dessa maneira, no contexto das OpAnf, surge a PrjçAnf como uma resposta consolidada e moderna a esses desafios, abrangendo um grande número de atividades que apresentam um alto grau de probabilidade de emprego. Inserido nessas atividades, encontram-se as OpENC, cuja importância para o Brasil é expressada na PND, por meio de um dos OND, que garante a salvaguarda da vida de cidadãos brasileiros no exterior.

Adicionalmente, para a realização deste tipo de operação, considera-se como melhor opção o emprego do Conjugado Anfíbio, composto por um GptOpFuzNav, meios navais e aeronavais adjudicados. Valendo-se das características do Poder Naval, esse apresentaria a flexibilidade e versatilidade necessárias para se contrapor as ameaças do século XXI, principalmente para operações além do território nacional que envolvam a necessidade do transporte de um grande número de pessoal e material.

Na continuidade deste trabalho, foi procedida a análise da OpENC realizada pelos

EUA durante a Segunda Guerra do Líbano em 2006. O emprego de táticas e armamentos irregulares e regulares pelo Hezbollah contra as IDF, caracterizou de maneira exemplar o cenário no qual as atuais OpENC são realizadas. Além disso, o bloqueio aéreo e terrestre israelense, a quantidade de evacuados e a execução da operação simultaneamente às hostilidades, serviram para demonstrar a importância do Conjugado Anfíbio nessas operações.

Posteriormente, para a conclusão deste trabalho, foi procedida uma análise da operação estadunidense, tendo como base o relatório do GAO , além das publicações MD-33-M-08 Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes e CGCFN 1-11 Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, separando os principais aspectos observados na operação, combinado a algumas sugestões, entre os níveis estratégico, operacional e tático.

Iniciando pelo nível estratégico, face a dificuldade encontrada no relacionamento entre órgãos estadunidenses envolvidos na operação, foi constatada a necessidade de estreita coordenação entre o MD e o MRE. Sendo assim, a adoção de algumas medidas, como a participação de membros do MRE em exercícios promovidos pelo MD e o estabelecimento de um grupo permanente com membros do MD e do MRE, diminuiriam as diferenças institucionais existentes e proporcionaria o desenvolvimento de uma linguagem única. Além disso, o emprego oportuno de meios, garantido pela presença de uma força naval nas proximidades das zonas de interesse, deve também ser considerado. Para tanto, a MB, utilizando uma das vertentes da PrjçAnf, a Diplomacia Naval, desempenha papel importantíssimo no estabelecimento e reforço de parcerias estratégicas com os Estados do EEB, o que facilitaria sobremaneira o emprego do Conjugado Anfíbio em operações no interior e fora deste. Dessa maneira, iniciativas como os GAT e exercícios em conjunto com as Marinhas amigas devem ser mantidos e, se possível, ampliados.

Em relação ao nível operacional, foram observados dois aspectos principais. O

primeiro, constatado em virtude da necessidade de contrato de navios mercantes e a utilização de aeronaves civis e militares para a evacuação dos cidadãos estadunidenses, refere-se ao emprego de meios adicionais aos constantes no Conjugado Anfíbio. Aeronaves da FAB, navios e aeronaves de forças amigas, bem como outros meios de transporte civis, podem ser utilizados para este tipo de operação, de acordo com o previsto no manual CGCFN 1-11. Porém, para permitir o apoio adequado durante uma OpENC, deve ser buscado a manutenção de um contato estreito com instituições civis, em particular armadores e empresas aéreas, além de parcerias regionais no EEB.

Outro aspecto operacional a ser observado é o atinente a transmissão de informações aos evacuados. A decisão do *State* em concentrar todos os contatos com a mídia, dificultou o acesso a informações essenciais sobre a operação por parte dos cidadãos estadunidenses, contribuindo negativamente para o sucesso da missão. Com relação ao Brasil, o COp, de acordo com a publicação MD-33-M-08, deve fornecer informações sobre a operação aos meios de comunicação, adotando, porém, medidas para a manutenção da segurança dos evacuados e da tropa. Portanto, a presença no COp de militares habilitados na área de Comunicação Social e em Operações Psicológicas deve ser adotada, uma vez que o contato com a mídia, não só facilita a transmissão de informações aos não combatentes, como também permite o envio de mensagens à população local, visando moldar seu comportamento, atuando na prevenção de possíveis hostilidades contra a tropa em terra.

Por conseguinte, procedeu-se algumas considerações no nível tático referentes a influência, nos níveis político e estratégico, da liderança nas pequenas frações. A variedade de ambientes em que podem ocorrer estas operações, normalmente abundantes em incertezas, privilegiam a descentralização das ações. Além disso, a necessidade de controle de parcela da população de outro país, demanda o entendimento e adestramento das RE e a manutenção constante da consciência situacional, principalmente entre os líderes das pequenas frações.

Esta importância reside, principalmente, na possibilidade de divulgação instantânea de fotos e vídeos nas redes sociais por qualquer pessoa, o que pode gerar reflexos nos níveis político e estratégico. Para a MB, portanto, o investimento no aprimoramento intelectual das Praças, em especial a partir da graduação de Cabo, seria extremamente vantajoso. Incentivar a realização de um curso no ensino superior, buscar o intercâmbio com outras instituições de ensino, o fomento ao aprendizado de outras línguas e o aprimoramento cultural, devem constantemente ser buscados não só no âmbito das Organizações Militares de Ensino, mas diariamente em todas as Unidades.

Finalizando, conclui-se que, no âmbito da doutrina atual de OpENC adotada pela MB, os seguintes aspectos devem ser ressaltados: o relacionamento em todos os níveis do MD e do MRE; a disponibilidade e presença de meios do Conjugado Anfíbio nas proximidades das zonas de interesse; o emprego de meios extra-MB para a evacuação; a transmissão de informações corretas e oportunas aos não combatentes pelo COp; e o perfeito entendimento das RE, aliada a manutenção da consciência situacional pelos participantes da operação. Adicionalmente, a aproximação com as nações no EEB por meio da Diplomacia Naval, o estreitamento de laços com outros órgãos do Governo Federal e o aperfeiçoamento de líderes no nível tático, são sugestões que visam adequar o uso do Poder Naval, por meio da PrjçAnf, às novas ameaças do século XXI.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Alexandre Henrique Batista. Engagement: uma estratégia de defesa. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, ano XV, n. 47, p. 49-51, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- _____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 0-1**: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais. 1ª Rev. Rio de Janeiro, 2013.
- _____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 1-11**: Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008.
- _____. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, 2017a.
- _____. Estado-Maior da Armada. **EMA-300**: Plano Estratégico da Marinha. 3ª Rev. Brasília, DF, 2017b.
- _____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012a.
- _____. _____. **MD33-M-08**: Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes. Brasília, DF, 2013.
- _____. _____. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. 5ª ed. Brasília, 2015. 292 p.
- _____. _____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012b.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes#I.6>>. Acesso em: 08 mai. 2018.
- CORBETT, Julian Stafford. **Principles of maritime strategy**. Mineola: Dover Publications, 2004. 317p.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of the Navy. **From the sea**: preparing the naval service for the 21st century. Washington, D.C., 1992.
- _____. United States Government Accountability Office (GAO). **The July 2006 Evacuation of Americans Citizens from Lebanon**. 2007. 35 p. Disponível em: <<https://www.gao.gov/new.items/d07893r.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- _____. United States Marine Corps. **Amphibious Operations in the 21st Century**. Washington, D.C., 2009.
- _____. _____. **Expeditionary Warrior 2014**: Final Report. Washington, D.C., 2014.
- FERREIRA, Renato Rangel. Projeção Anfíbia: reforçando a presença do Poder Naval no Atlântico Sul. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 45, p. 09-15, dez. 2014a.
- FISK, R. **Pobre Nação**: As guerras do Líbano no século XX. Rio de Janeiro: Record, 2007.

962p.

FRANÇA, Renato Heil. **Projeção Anfíbia**: a contribuição para a distensão de crises e a prevenção de conflitos na África Atlântica. 2017. 79 f. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2017.

GAVIÃO, Luiz Octávio. As Operações Anfíbias no Século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.130, n. 01/03, p. 155-179, jan./mar. 2010.

GLOBAL SECURITY. **Lebanon Non-combatant Evacuation Operation (NEO) 2006**. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/ops/neo-lebanon-06.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GONÇALVES, Rodrigo M. da S. Fuzileiros Navais nas missões de paz de caráter naval: o caso UNIFIL. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, a. 12, n. 44, p. 25-26, 2013.

GUERRA, Wilson Barbosa. Entorno Estratégico do Brasil. **Indústria de Defesa & Segurança**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://defesaeseguranca.com.br/defesa-entenda-a-nova-estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso em: 12 mai. 2018.

HOBBSAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 182 p.

HOFFMAN, Frank G. **Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars**. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007. 72 p.

HUOVINEN, Petri. **Hybrid Warfare: Just a Twist of Compound Warfare?** 2011. 55 p. Dissertação (Senior Staff Officer Course) - National Defense University, Washington, 2011.

JOHNSON, David E. **Hard fighting: Israel in Lebanon and Gaza**. 2011. 265 p. Monografia (RADN Corporation) – Santa Monica, California, 2011.

KRULAK, Charles C. **The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War**. 1999. 5 p. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm>. Acesso em: 01 jul. 2018.

LAGE, Rogerio Ramos. **Elemento Anfíbio em Operações Expedicionárias**: possibilidades para a Marinha do Brasil. 2014. 119 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014.

LEITE, Claudio Lopes de Araujo. A Projeção Anfíbia no apoio a política externa: construindo parcerias no Atlântico Sul. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 45, p. 16-18, dez. 2014.

MAGNOLI, D. (org.). **História das guerras**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTEIRO. Alvaro Augusto Dias. A próxima singradura. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, ano XXIX, ed. extra, p. 9-65, out. 2010.

MURPHY, Brian J. **No Heroic Battles: Lessons of the Second Lebanon War**. 2010. 110 p.

Dissertação (U.S. Army Command and General Staff College) - Fort Leavenworth, Kansas, 2010.

NAVARRO, José María B. **Hezbollah, El Partido de Dios**. Instituto Español de Estudios Estratégicos. Madrid, 2015. 32 p. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_investig/2015/DIEEEEINV01-2015_Hezbollahx_El_partido_de_Dios_JMBlanco.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

NYE JR., Joseph. **O paradoxo do poder americano**: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. 293 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato**: Política Internacional. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 398 p.

SANTIAGO, Emerson. **Líbano**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/asia/libano/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SANTOS, Leandro C. V. Operação de Evacuação de Não Combatentes: uma possibilidade de Projeção Anfíbia. **Âncoras e Fuzis**. Rio de Janeiro, a. 13 n. 45, p. 36-38, 2014.

_____. **Operação Crocodilo (1998)**: análise de um caso histórico para contribuição ao Poder Naval brasileiro. 2016. 68 f. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2016.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira *et al.* **Amazônia Azul**: o mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record, 2006. 299 p.

ANEXO A – ESPECTRO DAS OPERAÇÕES MILITARES

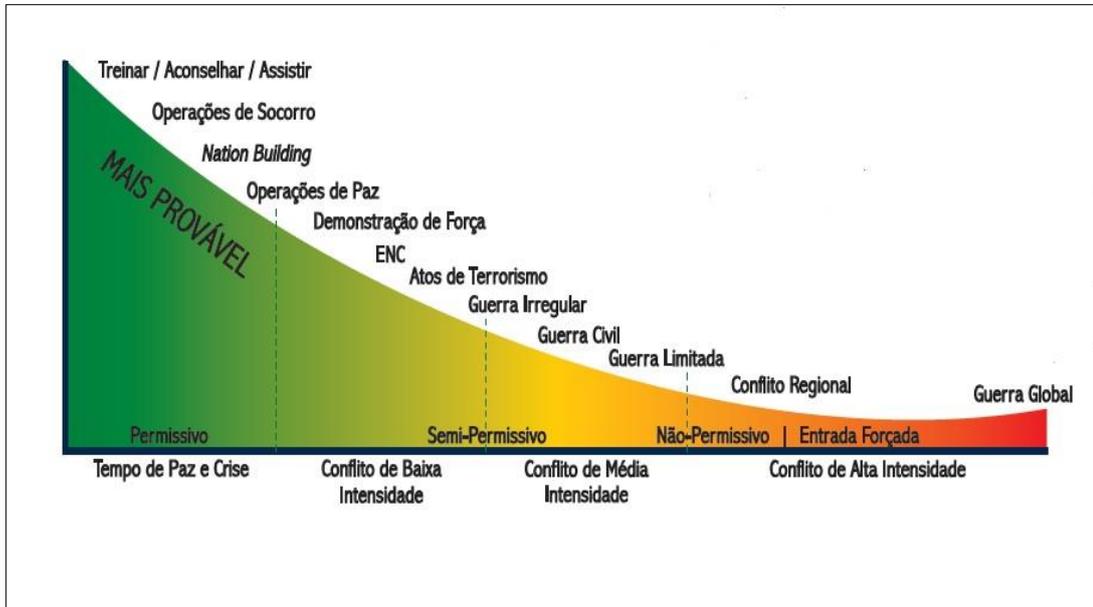


FIGURA 1: Espectro das Operações Militares

Fonte: BARBOSA, 2016.

O Espectro das Operações Militares representa a grande variedade de atividades, tarefas, missões e operações que podem ser realizadas pelas Forças Armadas, contextualizando ainda seu propósito, escala, risco e intensidade de combate.

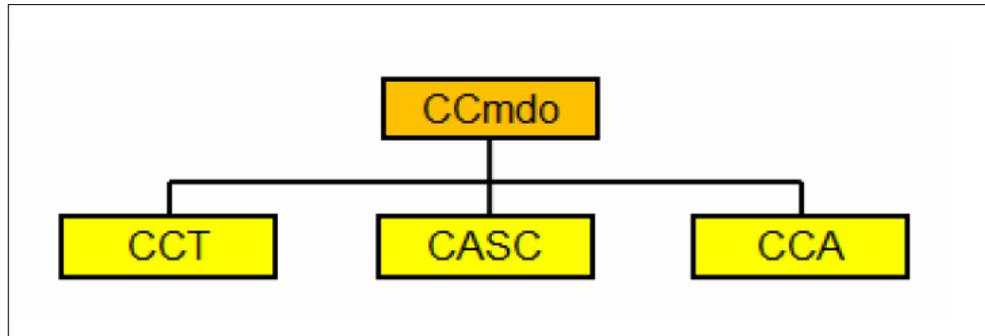
ANEXO B – COMPOSIÇÃO DOS GptOpFuzNav

FIGURA 2 – Organograma dos componentes do GptOpFuzNav
Fonte: BRASIL, 2013, p. 4-2.



FIGURA 3 – Expansibilidade dos GptOpFuzNav
Fonte: BRASIL, 2013, p. 4-7.

ANEXO C – ESBOÇO DO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

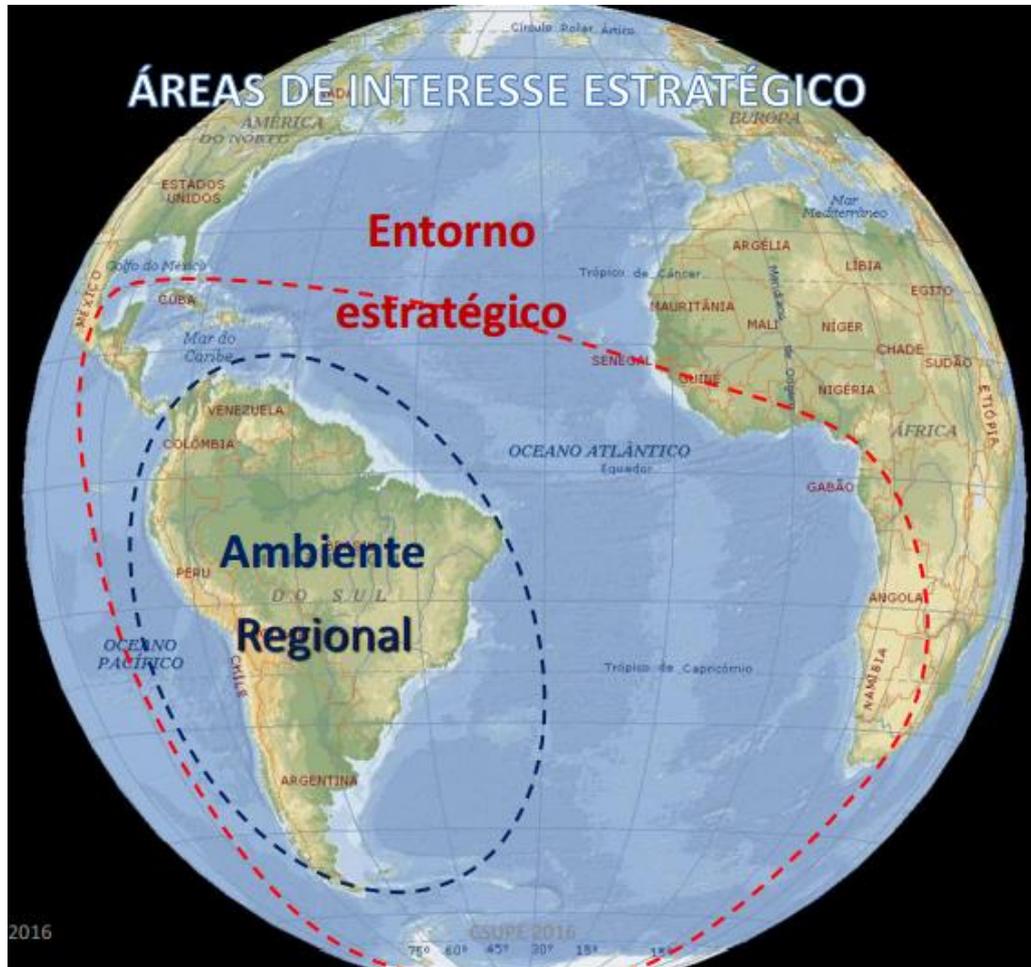


FIGURA 4 – Esboço do Entorno Estratégico Brasileiro (EEB)
Fonte: GUERRA, 2016, não paginado.

**ANEXO D – TIPOS E EXEMPLOS DE ADVERSÁRIOS E SUAS
CAPACIDADES MILITARES**

<ul style="list-style-type: none"> • Mujahedeen (Afghanistan, 1979) • PLO (West Bank/Gaza, 2001) • Al-Qaeda in Iraq (2007) • Taliban (Afghanistan, 2009) 	<ul style="list-style-type: none"> • Mujahedeen (Afghanistan, 1988) • Chechen militants (Chechnya, 1990) • Hezbollah (Lebanon, 2006) • Hamas (Gaza, 2008) 	<ul style="list-style-type: none"> • Soviet Union (Afghanistan, 1970s–1980s) • Russia (Chechnya, 1990s) • Israel (Lebanon, 2006) • Georgia (Georgia, 2008) • Russia (Georgia, 2008) • Israel (Gaza, 2008) • United States (Afghanistan, Iraq, 2010)
<p>Nonstate Irregular</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Organization:</i> not well trained; little formal discipline; cellular structure; small formations (squads) • <i>Weapons:</i> small arms; RPGs; mortars; short-range rockets; IEDs/mines • <i>Command and control:</i> cell phones; runners; decentralized 	<p>State-Sponsored Hybrid</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Organization:</i> moderately trained; disciplined; moderate-sized formations (up to battalion) • <i>Weapons:</i> same as irregular, but with standoff capabilities (ATGMs, MANPADS, longer-range rockets) • <i>Command and control:</i> multiple means; semicentralized 	<p>State</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Organization:</i> hierarchical; brigade- or larger-sized formations • <i>Weapons:</i> sophisticated air defenses; ballistic missiles; conventional ground forces; special operations forces; air forces; navies; some have nuclear weapons • <i>Command and control:</i> all means; generally centralized

FIGURA 5 – Exemplos de adversários e suas capacidades militares
Fonte: JOHNSON, 2011, p. 24.

**ANEXO E – NÚMERO DE CHEGADAS E PARTIDA DE EVACUADOS A
PARTIR DO CHIPRE EM 2006**

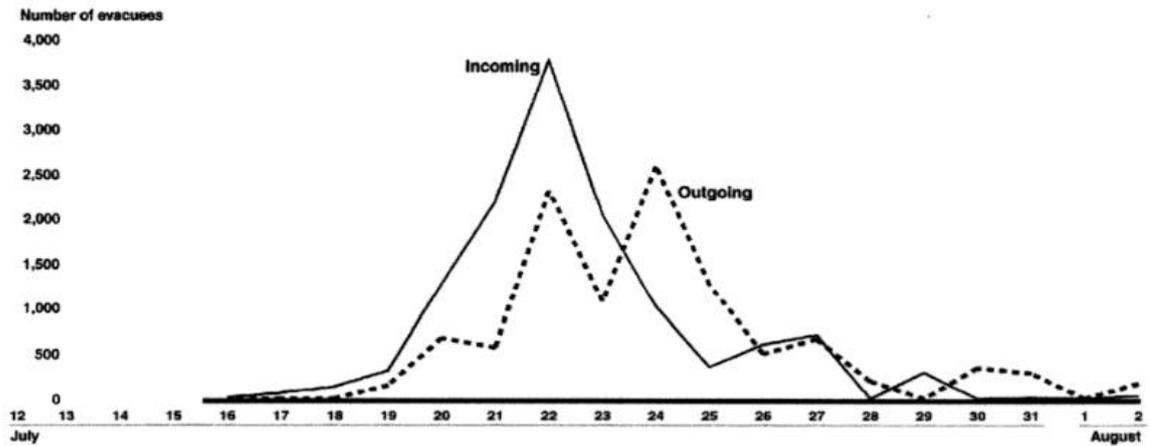


FIGURA 6 – Gráfico quantitativo de chegadas e partidas do Chipre em 2006
Fonte: ESTADOS UNIDOS, 2007, p. 5.

ANEXO F – SISTEMA DE DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL

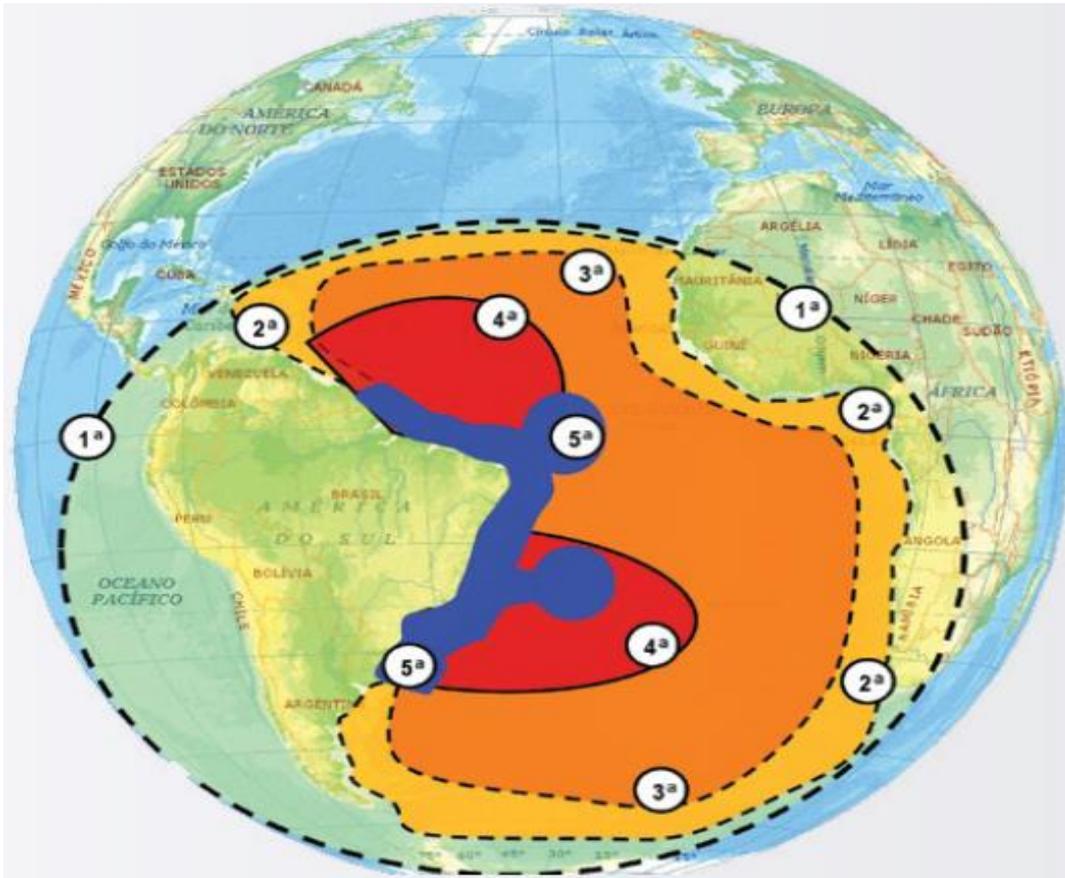


FIGURA 7 – Sistema de Defesa da Amazônia Azul
Fonte: FERREIRA, 2014, p. 13.

1ª Camada – Diplomacia Naval (construção de parcerias, mostrar bandeira), Projeção de Poder sobre Terra (Ajuda Humanitária, Operações de Paz) e Segurança Marítima (Combate às Novas Ameaças como a pirataria e narcotráfico);

2ª Camada – Consciência Situacional Marítima;

3ª Camada – Negação do Uso do Mar (emprego de submarinos) e Projeção de Poder sobre Terra (negação do uso de ilhas oceânicas);

4ª Camada – Controle de Área Marítima e Projeção de Poder Sobre Terra (“controle de ilhas oceânicas e de áreas terrestres que controlam áreas de trânsito ou onde estão localizadas as bases inimigas”). Esta camada protege as duas áreas do litoral que continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas; e

5ª Camada – Controle de Área Marítima e Segurança Marítima.